



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL – EICOS

PAULO GABRIEL PEREIRA RIBEIRO

Teatro do Oprimido como linguagem de resistência do INSTITUTO TRANS DA
MARÉ numa Investigação Ação-Participante

RIO DE JANEIRO

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL – EICOS

PAULO GABRIEL PEREIRA RIBEIRO

TEATRO DO OPRIMIDO COMO LINGUAGEM DE RESISTÊNCIA DO
INSTITUTO TRANS DA MARÉ NUMA INVESTIGAÇÃO AÇÃO-
PARTICIPANTE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Claudia Reinoso Araujo de Carvalho

RIO DE JANEIRO

2023

CIP - Catalogação na Publicação

R371t Ribeiro, Paulo Gabriel Pereira
Teatro do Oprimido como linguagem de resistência
do INSTITUTO TRANS DA MARÉ numa Investigação Ação
Participante / Paulo Gabriel Pereira Ribeiro. --
Rio de Janeiro, 2023.
98 f.

Orientadora: Claudia Reinoso Araujo de Carvalho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2023.

1. Psicossociologia. 2. LGBT+. 3. Resistência.
4. Teatro do Oprimido. 5. Relações de poder. I.
Araujo de Carvalho, Claudia Reinoso, orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Paulo Gabriel Pereira Ribeiro

**Teatro do Oprimido como linguagem de resistência do INSTITUTO TRANS DA
MARÉ numa Investigação Ação-Participante**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Aprovada em 07 de junho de 2023

Prof^ª. Dr^ª. Claudia Reinoso Araujo de Carvalho

EICOS/UFRJ - orientadora

Prof^ª. Dra^ª. Margareth Cristina de Almeida Gomes

EEAN/UFRJ

Prof. Dr. Ricardo Lopes Correira

EICOS/UFRJ

“Pra mim não faria sentido passar por todo este processo sem trazer arte comigo. Teatro é o que me move! É o que transforma!”

(Gabriel Ribeiro)

AGRADECIMENTOS

Tanto o que agradecer que honestamente não sei por onde começar. Primeiramente a Deus e aos sagrados por terem me dado forças e sabedoria para chegar até aqui.

Agradeço à minha orientadora Dr.^a Claudia Reinoso por ter topado essa aventura e desafio e, sobretudo, por ter tido muita paciência, disposição, generosidade e ter sido uma grande incentivadora durante todo o processo. Por inúmeras vezes ensaiei desistir antes de nos reunirmos para orientação por acreditar que o que tinha escrito até então não estava bom e em todas as vezes que pensei em desistir encontrei palavras de encorajamento, confiança e acolhimento. Pude desconstruir muito o processo acadêmico com ela. Muito obrigado por tudo!

Agradeço a Jean Fontes, meu marido, companheiro, incentivador, conselheiro por todas as palavras de conforto e dicas de alguém que já passou por este lugar. Compartilhar as angústias, as fantasias catastróficas seguidas de um retorno salvador foram essenciais para a construção dessa pesquisa. Também a ele o crédito de me fazer perceber que poderia usar o teatro na pesquisa. Afinal, só fez sentido para mim justamente por ter trazido isso na bagagem. Muito obrigado, bê!

Agradeço também aos meus pais, Isabel e Josevaldo, por ouvirem minhas lamúrias, minhas reclamações e simplesmente acolher e acalantar com as melhores palavras possíveis. Me senti abraçado mesmo que estivéssemos em estados geográficos diferentes.

Agradeço a todos os amigos, amigas e amigues que estiveram me dando suporte ao longo dessa jornada. À minha dupla de orientação, Gabriela Mendes, pela parceria, pela amizade, acolhimento e pelas longas conversas de muita identificação que promoveram uma caminhada mais leve ao longo dessa jornada. À Helena Gonçalves, por compartilharmos nossas angústias acadêmicas e que sem nem saber me ajudou com a própria dissertação de mestrado dela. À minha “panelinha” da Martins Pena por me escutar inúmeras vezes dizer “não posso, tenho que resolver as coisas do mestrado”: Victor, Rodrigo, Hilda e Clara, obrigado pelos ouvidos!

A Lohana Carla, líder e coordenadora do Instituto Trans da Maré, por ter sido uma mulher incrível, TRANSgressora e imensamente acolhedora desde o primeiro encontro

até a continuação da oficina após a pesquisa. Obrigado por ter aberto as portas do ITM para mim e pela confiança de continuar desenvolvendo o projeto. Às participantes da pesquisa e integrantes do projeto, muito obrigado a todas (só não cito o nome de cada uma por questões éticas), mas saibam que vocês são muito especiais para mim e agradeço a confiança, parceria e disposição!

Aos docentes do EICOS e funcionários pelo suporte. Cada disciplina contribuiu para que a pesquisa fosse tomando formas e caminhos possíveis! Muito obrigado!

RESUMO

Em uma sociedade enraizada e sustentada através do machismo e patriarcado, encontramos uma forte discriminação contra minorias sexuais, em especial à comunidade LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intersexuais, assexuais e demais espectros da sexualidade humana e sua forma de se identificar), principalmente direcionada à travestis e transexuais. Limitadas por relações de poder, essas pessoas têm reduzidas as suas possibilidades de participação social e exercício de suas cidadanias, configurando assim uma experiência sistemática e estruturada de injustiça ocupacional. A partir de atravessamentos psicossociais, inquietações sociais, engajamento e militância, vão surgindo movimentos sociais de resistência, tanto para sobrevivência quanto para exercer a cidadania. A literatura traz que a comunidade LGBTQ+ vem demonstrando sua resistência a situações que lhe são opressivas através de representações teatrais, performances, música, textos anônimos, dentre outras possibilidades de exploração da criatividade, através do riso, da arte, da música e da linguagem como arma de resistência. Desta forma, tive como objetivo geral analisar quais as estratégias de resistência surgem e/ou são utilizadas pelas transvestigêneres do Instituto Trans da Maré diante das relações/hierarquias de poder, domínio dos corpos e suas subjetividades, por meio de oficinas teatrais. Através da metodologia de pesquisa Investigação Ação-Participante, foram realizadas oficinas de teatro a partir da estética do Teatro do Oprimido com 7 transvestigêneres do Instituto Trans da Maré cujo resultado culminou na apresentação de uma performance num festival de cenas voltado à comunidade LGBTQ+. Ao longo das oficinas, jogos teatrais promoveram desmecanizações das corporalidades e trouxeram discussões que fomentaram o processo criativo de construção da performance e transformação das participantes.

Palavras-chave: Psicossocial; LGBTQ+; Resistência; Teatro do Oprimido; Relações de poder

ABSTRACT

In a society rooted and sustained through sexism and patriarchy, we find huge discrimination against sexual minorities, especially the LGBT+ community (lesbians, gays, bisexuals, transsexuals and transvestites, queer, intersex, asexual and other spectrums of human sexuality and their way of identifying), mainly directed to travestis and transsexuals. Limited by power relations, these people have reduced their possibilities of social participation and exercise of their citizenship, thus configuring a systematic and structured experience of occupational injustice. From psychosocial crossings, social concerns, engagement and militancy, social movements of resistance emerge, both for survival and to exercise citizenship. The literature shows that the LGBT+ community has been demonstrating their resistance to situations that are oppressive to it through theatrical representations, performances, music, anonymous texts, among other possibilities of exploration of creativity, through laughter, art, music and language as a weapon of resistance. In this way, I had as general objective to analyze which strategies of resistance arise and/or are used by the transvestigender of the Trans Institute of Maré before the relations/hierarchies of power, domain of the bodies and their subjectivities, through theatrical workshops. Through the research methodology Action-Participant Investigation, theater workshops were held from the aesthetics of the Theater of the Oppressed with 7 transvestigenders of the Trans Institute of Maré whose result culminated in the presentation of a performance in a festival of scenes aimed at the LGBT+ community. Throughout the workshops, theatrical games promoted demechanization of corporalities and brought discussions that fostered the creative process of performance construction and transformation of the participants.

Keywords: Psychosocial; LGBT+; Resistance; Theatre of the Oppressed; Power relations

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Árvore do Teatro do Oprimido	34
Figura 2: Publicação de postagem anunciando encerramento temporário das atividades da CASA NEM	40
Figura 3: Mapa da divisão da comunidade da Maré.....	41
Figura 4: Fotos da performance Resistência T no Festival Bacanalha	69
Figura 5: Fotos da performance Resistência T no Festival Bacanalha	70
Figura 6: Fotos da performance Resistência T no Festival Bacanalha.....	70
Figura 7: Fotos da performance Resistência T no Festival Bacanalha	71
Figura 8: Fotos da performance Resistência T no Festival Bacanalha	71
Figura 9: Fotos do ensaio para a performance Resistência T no Festival Bacanalha	72

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados
- BH – Belo Horizonte
- CEP – Comitê de tica e Pesquisa
- CFP – Conselho Federal de Psicologia
- CID – Classificação Internacional de Doenças
- COVID – Corona Virus Disease
- CV – Comando Vermelho
- DETRAN – Departamento de Trânsito
- ECOS – Programa de Ps-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
- ENCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
- ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
- FIST – Frente Internacionalista dos Sem-Teto
- GALF – Grupo de Ação Lsbica Feminista
- GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis
- GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes
- HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
- IAP – Investigação Ação Participante
- ITM – Instituto Trans da Maré
- LGBT+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, e demais espectros da diversidade sexual
- LGBTQIA+ – lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intersexuais, assexuais e demais espectros da sexualidade humana e sua forma de se identificar
- LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- MHB – Movimento Homossexual Brasileiro
- OMS – Organização Mundial de Saúde
- ONGs – Organização Não Governamental
- RCLE – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
- RJ – Rio de Janeiro
- SECEC – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

SP – São Paulo

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

TCP – Terceiro Comando Puro

TO – Teatro do Oprimido

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. MOVIMENTO LGBT+, FAZER ARTÍSTICO E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES INICIAIS.	18
1.1 – Movimento LGBT+: Construção Social e Histórica	19
1.2 – Teatro do oprimido como possibilidade de transformação	30
1.3 – Da Casa Nem ao Instituto Trans da Maré	37
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA	44
CAPÍTULO 3. A INSERÇÃO NO CAMPO: O ESTUDO-AÇÃO	47
3.1 – Mergulho no campo	47
3.2 – Instituto Trans da Maré – Narrativas da Liderança	60
CAPÍTULO 4. ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES	65
4.1 – O Festival Bacanalha	65
4.2 – Os frutos colhidos: Articulações Psicossociológicas	74
CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
ANEXOS	88

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade enraizada e sustentada através do machismo e patriarcado, encontramos uma forte discriminação contra minorias sexuais, em especial à comunidade LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis e demais espectros da sexualidade humana e sua forma de se identificar), principalmente direcionada à travestis e transexuais¹. Constantemente podemos notar este grupo em condição de vulnerabilidade social, marginalização e violação de direitos, que quase sempre enfrenta barreiras para de se envolver ocupacionalmente, por diversas questões culturais, político-sociais, heterocisnormativas² e econômicas. Adicionalmente, limitados por relações de poder, essas pessoas têm reduzidas as suas possibilidades de participação social e exercício de suas cidadanias configurando assim uma experiência sistemática e estruturada de injustiça ocupacional (CREPALDI, 2021). Com isto, podemos perceber um impacto no bem-estar biopsicossocial destes indivíduos, identificando-se marcas, traumas e violências.

Com a redemocratização do país em 1980 juntamente com o estigma da AIDS na mesma década, tornaram-se crescentes os estudos e surgimento de movimentos sociais acerca da comunidade LGBTQIA+. Nos últimos anos assistimos alguns avanços no reconhecimento e equiparação de direitos à comunidade LGBTQIA+, dentre eles podemos citar união estável, o casamento igualitário, a adoção, a atenção especial na saúde pública através da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIA+, o reconhecimento do nome social para travestis e transexuais e, entre outras, conquistas micropolíticas como a criação de projetos sociais de acolhimento e formação voltados para este público (GOMES; ZENAIDE, 2019). Recentemente, em 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu criminalizar a homofobia e transfobia pela lei do racismo (L7716/89) de modo a ser uma das mais recentes conquistas na seguridade de direitos básicos, apesar de não estar de forma explícita o tipo de discriminação.

¹ Aproveito para aqui pontuar que para uma facilitação na descrição, utilizarei a sigla LGBT+ que foi a mais encontrada na busca pela temática para referir a uma comunidade ao invés do uso da sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queers, intersexuais, assexuais e demais espectros da sexualidade e suas diversidades) que será citada em alguns momentos à frente.

² A heterocisnormatividade aqui se trata de normas, padrões e valores culturais onde a centralização e predominância está voltada para a heterossexualidade (indivíduos que se relacionam afetiva e sexualmente com o gênero oposto) e a cisgeneridade (indivíduos que se identificam com o sexo ao qual foram designados)

Durante muito tempo o termo homofobia generalizava toda e qualquer discriminação contra o grupo LGBTQIA+. Borrillo (2010, p. 25) explica que “a homofobia é o medo de que a valorização dessa identidade seja reconhecida; ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual”. Entretanto fez-se necessário ir mais além dessa generalização, uma vez que dentro da própria comunidade LGBTQIA+ existem hierarquias onde há subgrupos que estão em maior vulnerabilidade e mais propensos às violências, que é o caso de pessoas trans e travestis que têm 17 vezes mais riscos de serem vítimas de violência do que gays, conforme apontam Oliveira e Mott (2020) no relatório de mortes violentas de LGBT+ de 2019 do Grupo Gay da Bahia. Dessa forma, tornou-se mais necessário o uso do termo transfobia³.

A partir de atravessamentos psicossociais, inquietações sociais, engajamento e militância, vão surgindo movimentos sociais de resistência, tanto para sobrevivência quanto para exercer a cidadania, possibilitando que a comunidade LGBT+ possa participar efetivamente e integralmente na comunidade política e herança social de modo que vai sendo construído o sentimento de pertencimento que conecta indivíduos à comunidade de forma ampliada promovendo ao indivíduo a liberdade de ir e vir, participar do exercício do poder político (votar e ser votado) e direito ao bem-estar e segurança socioeconômica. Um desses movimentos sociais foi a concretização e criação do “Prepara Nem”, no Rio de Janeiro, onde era inicialmente um projeto voluntário de preparação e qualificação educacional e profissional e que, posteriormente, acarretou na fundação e (re)existência da Casa Nem na cidade. O projeto idealizado por Indianare Siqueira buscava atender as necessidades do pré-vestibular voltado à comunidade LGBT+, em especial às pessoas transvestigêneres, entretanto o projeto tomou proporções maiores, e hoje acolhe em torno de 15 moradores LGBTQIA+, e oferece serviços de promoção à saúde, educação, cultura e renda, orientado por profissionais voluntários (BRASIL DE FATO, 2022).

A Casa Nem acaba sendo o lugar onde direitos mínimos conseguem ser garantidos, proporcionando às pessoas residentes participarem da vida social, apropriando-se de seus significados e práticas sociais cotidianas direcionadas ao

³ Termo destinado à violência e violação de direitos de pessoas cujas identidades de gênero não são heterocisnormativas, ou seja, que fogem do padrão de “normalidade” imposto socialmente sendo reconhecido e validado como normal e saudável, o homem e a mulher heterossexuais.

envolvimento ocupacional, democratização de acesso e à cidadania. Por ter se tornado uma casa de referência, muitas instituições foram surgindo com esta mesma perspectiva: espaço de acolhimento e potencialização de corporalidades travestis e trans. Uma delas é o Instituto Trans da Maré, com sua sede localizada dentro do DETRAN da Baixa dos Sapateiros no complexo da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro. O Instituto criado por Lohana Carla vem ganhando espaço e visibilidade por oferecer cursos de manicure e rodas de conversa para as travestis e mulheres trans da Maré e redondezas.

Mesmo diante de uma sociedade na qual se opera hierarquização de poder, de exercício do domínio, extermínio e higienização das parcelas marginalizadas da população, o Instituto Trans da Maré vem se mantendo resistente (e existente) desde a sua criação. Diante do exposto surge o questionamento como problema da pesquisa: como as atividades artísticas podem fomentar a resistência frente às opressões e violências estruturais no Instituto Trans da Maré?

Um dos motivos que me levaram a caminhar por esta temática de pesquisa se deu pelo meu desejo de continuar aprofundando sobre o tema, que se iniciou na graduação, e dar continuidade à pesquisa levando-a para uma perspectiva mais crítica, contribuindo com a produção de conhecimento tanto para o âmbito da ciência e profissão, quanto para a comunidade. Mesmo porque, o foco desta pesquisa é direcionado às narrativas da população T, que aqui utilizarei a palavra transvestigêneres⁴. Além disso, percebo em mim a necessidade de dar mais visibilidade às identidades trans (em suas narrativas, visões de mundo, políticas e urgências) tendo em vista que, enquanto pessoa que reconhece os privilégios ainda que sendo um homem cis gay⁵, identifico o quanto ainda há uma estrutura de marginalização e estigma voltados a este grupo da comunidade LGBT+ causando atravessamentos psicossociais que geram impacto em suas vidas.

Pretende-se analisar como as atividades artísticas podem fortalecer as mulheres trans do Instituto Trans da Maré, no sentido de promover uma diminuição do nível de vulnerabilidade social a partir da elaboração e/ou desenvolvimento de ferramentas e recursos de enfrentamento das desigualdades e promover participação social. O estudo buscou identificar as estratégias de resistência utilizadas pelas transvestigêneres do

⁴ Termo usado por Idianarae Siqueira para fazer referências às travestis e/ou pessoas transexuais.

⁵ Mesmo trazendo este marcador de diferença, antecipo aqui o comentário de que fui bem recebido por todas no campo de pesquisa mesmo sendo um homem cis e um corpo potencialmente opressor, conforme poderão ver mais à frente nos capítulos desta dissertação.

Instituto Trans da Maré diante das relações/hierarquias de poder, domínio das corporalidades e suas subjetividades, por meio de oficinas teatrais com construção e apresentação de dramaturgias.

Foram realizadas rodas de conversa e atividades artísticas, construção e elaboração de texto dramático coletivamente, e dessa forma, buscou-se compreender como o processo artístico fortalece o grupo e interfere na produção de estratégias de resistência. Foi desenvolvido o campo de pesquisa de maneira investigativa através da metodologia pesquisa ação-participante com uso de recursos metodológicos artísticos e colaborativos.

Desta forma, tive como objetivo geral analisar quais as estratégias de resistência surgem e/ou são utilizadas pelas transvestigêneres do Instituto Trans da Maré diante das relações/hierarquias de poder, domínio dos corpos e suas subjetividades, por meio de oficinas teatrais. Para chegar ao objetivo principal, foi preciso conhecer a história do Instituto Trans da Maré a partir das suas lideranças; identificar coletivamente como as crises e os piores momentos na história de existência das mulheres trans foram enfrentados; elaborar e construir uma performance artística de forma coletiva; compreender como o processo artístico fortalece as mulheres trans e interfere na produção de estratégias de resistência contra opressões, hierarquias de poder e violação de direitos; e desenvolver o campo de pesquisa de maneira participante através de recursos metodológicos artísticos e colaborativos.

Para facilitar um pouco na leitura desta dissertação, exponho aqui a sua distribuição em capítulos. Logo no primeiro, é trazido o histórico da luta, resistências, o fazer artístico, o campo e seus atravessamentos. O primeiro tópico abordado no capítulo um, é destrinchado o movimento LGBTQ+ no Brasil bem como suas nuances em relação as questões de gênero, a diversidade sexual, sua construção social e histórica, as conquistas do movimento e suas resistências. Trouxe também um breve apontamento sobre a história da transgeneridade. Não há como falar sobre vulnerabilidades sexuais⁶ sem falar do seu histórico, os atravessamentos psicossociais que corroboram na luta e resistência deste grupo.

⁶ Quando aqui trago sobre esta expressão “vulnerabilidades sexuais”, retorno sobre as imposições da heterocisnormatividade em relação as sexualidades, identidades de gênero e corporalidades da população LGBTQ+.

No segundo tópico do capítulo um, abordo sobre o teatro do oprimido como possibilidade de transformação e trago não somente sua teoria, mas trago para discussão o impacto da arte na vida social, o quanto ela é ferramenta de criatividade e elaboração das emoções, etc. Neste capítulo você encontrará mais detalhes sobre o Teatro do Oprimido de Augusto Boal, como ele opera, sua importância bem como referências de pesquisadores sobre o Teatro do Oprimido. Aqui também, conterá um breve apanhado sobre a história do teatro, períodos históricos e até mesmo uma visão do que é o teatro em si.

Logo em seguida, no terceiro tópico do capítulo um, trago um aprofundamento sobre o campo, localização e alguns atravessamentos, como a necessidade de modificação do campo de pesquisa, que antes seria realizado na Casa Nem. Com isso há um pouco da história da Casa Nem e como se deu o processo até chegar ao Instituto Trans da Maré, sua localização e as questões psicossociais de existência/resistência desse grupo na localidade. Trago também sobre a localização geográfica do campo de pesquisa bem como os dados sociodemográficos e os atravessamentos que perpassam os moradores.

O capítulo dois traz a metodologia em sua essência. Os motivos de ter escolhido a Investigação Ação-Participante (IAP) como ferramenta metodológica de pesquisa e como se unificou com a arte, e aqui deixo explícito o teatro, como possibilidade de execução desta pesquisa. Trago também sobre as condições as quais a pesquisa foi realizada e uma descrição sobre a IAP, sua origem, referências, etc.

No capítulo seguinte, o terceiro, trago todo o desdobramento da minha inserção no campo. É dividido em dois subcapítulos sendo o primeiro contando a chegada ao campo e realização da pesquisa, como ela ocorreu, quais fatores auxiliaram e atrasaram na coleta de dados, como foi detalhadamente cada encontro, quais atividades foram executadas e os frutos de cada dia na oficina, os fenômenos que ali surgiram e como foram sendo trabalhados ao longo dos encontros até o preparo para o Festival Bacanalha, que aqui ganhará um capítulo exclusivo, que é o capítulo quatro. O segundo tópico abordado traz a narrativa da liderança do Instituto Trans da Maré, como surgiu o projeto, como são percebidos os atravessamentos e as dificuldades enfrentadas bem como a percepção da coordenadora quanto às oficinas de teatro sendo realizadas.

O capítulo quatro foi destrinchado em dois subcapítulos: o primeiro contendo como foi especificamente o dia do festival, quais os atravessamentos que surgiram, como foi a chegada de cada participante do grupo, os desdobramentos e realização da performance; e o segundo subcapítulo trago os resultados, juntamente com as análises e considerações psicossociais da pesquisa, as temáticas que surgiram, o que é discutido por cada teórico, bem como um aprofundamento da psicossociologia em cada assunto tratado e emergido.

E, por fim, não menos importante, as considerações finais, onde trago muito da minha percepção enquanto pesquisador-participante e como cada um dos fenômenos chegaram até mim, quais foram os aspectos propostos e alcançados na pesquisa e como foi chegar aos resultados.

CAPÍTULO 1. MOVIMENTO LGBT+, FAZER ARTÍSTICO E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES INICIAIS.

Falar abertamente sobre a gênero e sexualidade ainda é palco para tabus, conflitos e ideologias questionáveis. De acordo com Ribeiro (2006), o conceito de gênero é uma construção social na qual somos ensinados desde crianças, onde se apresenta somente a binaridade (cisgeneridade): o ser homem e o ser mulher – e dentro disso as oposições macho/fêmea, masculino/feminino, forte/fraco, dominante/submisso.

Desde o nascimento somos condicionados à uma cultura em que existem coisas para meninos e coisas para meninas, desde roupas, acessórios, brinquedos, cores etc. O que não percebemos a princípio é que esse padrão de comportamento que naturalizamos ao longo dos anos é puro reflexo de uma hierarquia de poder e dominação sobre os corpos e suas subjetividades numa imposição atingindo diretamente gênero e, conseqüentemente, sexualidade (SANTOS; SILVA, 2014). A forma como os padrões comportamentais foram estabelecidos e reproduzidos ao longo da humanidade são caracterizados como papéis de gênero, sendo designados de acordo com o sexo biológico dos indivíduos, classificados como o modelo ideal a ser seguido e trazendo a heterossexualidade como única possibilidade natural e saudável de expressão da sexualidade constituindo, assim, o binarismo de gênero da heteronormatividade: masculino (homens com posturas fortes, dominadores e sustentadores da família) e feminino (mulheres com posturas dóceis, submissas e responsáveis pelo lar e pela prole), conforme Brabo e Silva (2016) trazem.

Essas relações de gênero podem também ser vistas na nossa linguagem, como observa Nogueira (2010), onde trazem que ao referir meninos e meninas ou homens e mulheres na forma masculina⁷. Identificamos assim que a própria linguagem na forma masculina foi escolhida pelo homem como definição de controle de superioridade e inteligência.

Outra definição criada para controle dos corpos e suas subjetividades foi da concepção binária da sexualidade, apesar de que “em sociedades indígenas pré-históricas haviam gêneros não reconhecidos como homens e mulheres”, conforme os estudos de

⁷ Exemplo: um grupo de pessoas mescladas serem referidas como “todos vocês”; pai e mãe de uma criança serem chamados de pais; até essa própria referência anterior – a palavra “chamado” – devido a regra gramatical. Puro estruturalismo linguístico.

Sandra Hollimon (2000) citado por Carvalho e Oliveira (2017), e que eram uma das formas de reprimir qualquer prática sexual considerada ilegítima em relação ao modelo heterocisnormativo. Porém sabe-se que desde muito tempo, existem pessoas que não se sentem pertencentes a esses gêneros que normativamente foram designados e padronizados.

Qualquer aspecto que fuja dessa norma, ainda hoje, é lido como um desvio de conduta, passível de completa rejeição. Sejam eles de homens heterossexuais com traços femininos, ou homens gays com traços masculinizados; mulheres lésbicas feminilizadas, ou mulheres heterossexuais com traços masculinizados; ainda assim qualquer desses comportamentos seria inaceitável, como Bento (2017) traz em seus estudos. A autora ainda elucida que a patologização de qualquer experiência contrária à heterossexualidade é uma das formas de negar a legitimidade e existência de outras subjetividades. Foi estabelecida uma conduta normativa e criada uma patologia para classificar como algo errado, contra a natureza e, assim, passível de cura qualquer traço fora desta norma estabelecida.

1.1 – Movimento LGBTQ+: Construção Social e Histórica

Conforme Klein (2015, p. 146), “a influência e a interferência religiosas se evidenciam fortemente em termos de definição de políticas públicas educacionais [...], constituindo-se gênero e sexualidade como tema de forte incidência política, religiosa e educacional, tanto pública quanto eclesial, com impactos nas propostas de educação para a próxima década”. Mais uma vez, tudo isso vinha como um forte indicador para controle do indivíduo: o que antes era visto e denominado como pecado, passou a ser visto pela medicina como uma enfermidade e, em consequência, passível de tratamento. Deixava de estar categorizado como algo profano e demoníaco e passava a assumir o olhar de desvio de caráter e doença com validação médica. Com isso, em 1948 a prática homossexual (homossexualismo como era chamado na época) foi incluída na sexta revisão da CID (classificação internacional de doenças) dentro da categoria “personalidade patológica”, e posteriormente foi modificada para categoria “desvios e transtornos sexuais” na sua oitava revisão em 1965 (GAMA, 2019). Ou seja, era possível a partir desta premissa a realização de internações, aprisionamentos, medicalização e torturas como métodos de cura da então patologia.

Essa categorização contribuiu muito no processo de exclusão, segregação e violências às pessoas LGBTQ+. Canabarro (2013) traz que um marco histórico do movimento foi a revolta de *StoneWall Inn*, o famoso bar de Nova York, que em 1969 foi palco da primeira revolta pela forma como os consumidores, em sua maioria LGBTQ+ eram tratados pelas autoridades locais que frequentemente realizavam batidas policiais. De acordo com os estudos de Lelis (2019), essa revolta ocorreu pela insatisfação e cansaço do público em lidar com o abuso de autoridade e frequentes prisões e maus tratos que sofriam e, na madrugada de 27 para 28 de junho de 1969, reagiram às investidas policiais buscando a garantia de sua liberdade e rompimento desse ciclo de exploração e violência.

A partir daí dava-se início ao surgimento de movimentos e coletivos em busca dos mesmos objetivos. Ao longo da consolidação do movimento identitário LGBTQ+ no Brasil e seu processo de resistência e luta, houveram inúmeras e grandes modificações em referência ao movimento. Primeiro ponto que cabe ressaltar é que o movimento teve início na década de 1970, ou seja, dentro do período da ditadura militar, regime autoritário do Estado, que durou vinte anos no qual a censura predominava todo o território nacional afetando a vida das pessoas e o modo como viviam, principalmente de pessoas que não se enquadravam nas normas estabelecidas socialmente em relação a sexualidade (CORREA; CAMOZZATO, 2020)

Homens homossexuais se encontravam de maneira clandestina, nas grandes cidades, por conta da repressão e da clandestinidade do comportamento homoafetivo que era repudiado e perseguido por policiais como forma de higienização da cidade (FERREIRA; SACRAMENTO, 2019). Correa e Camozzato (2020) corroboram e ainda trazem que:

No final da década de 1960 e início de 1970, apesar da repressão do Estado, cresciam no anonimato espaços, especialmente bares e boates, em que os homossexuais poderiam existir e resistir. Desde que estando na invisibilidade destes espaços, escondidos e anônimos, a existência homossexual era permitida, ou seja, apenas no âmbito privado. O objetivo da política sexual da ditadura, segundo o autor, era o que ele chama de dessexualizar o espaço público, através da expulsão de homossexuais, reforçando sua invisibilidade. Assim, era mantida a ideologia moral da ditadura e família tradicional brasileira (CORREA; CAMOZZATO, 2020).

Nesse contexto de articulação de resistência que surge o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) em que posteriormente passou a ser chamado “Somos- Grupo de

Afirmação Homossexual”, conforme a pesquisa de Correa e Camozzato (2020). As autoras ainda trazem que o movimento como um todo foi marcado por quatro grandes momentos: o primeiro, com a criação do jornal “Lampião da Esquina” no período ditatorial sendo este o primeiro veículo de ampla circulação voltado ao público homossexual, fortalecido pelo grupo Somos. Pereira (2016) aponta que esta primeira onda do movimento desafiava a censura e questionava ao que chamavam de heteronormatividade compulsória, termo que tentava explicar como a heterossexualidade era inserida obrigatoriamente como normal social em todos os níveis e os efeitos disso. Facchini (2003) também traz em sua perspectiva que a primeira onda “corresponde ao surgimento e expansão desse movimento durante o período de ‘abertura’ política”.

É importante frisar aqui que o jornal era majoritariamente voltado para homens gays, de modo que os demais segmentos da diversidade sexual eram invisibilizados. As mulheres lésbicas participavam apenas da produção do jornal e não da sua edição, como apontam Correa e Camozzato (2020), mesmo que fizessem parte do grupo Somos, ainda tinham pouca voz ou representatividade. Com isso, criariam inicialmente o grupo lésbico-feminista e, posteriormente, grupo de ação lésbica feminista- GALF, o qual lançou o periódico Chana-com-Chana.

Neste ponto cabe destacar o início da mudança na sigla/anagrama para definir o nome do movimento, mudanças estas que denotam uma disputa de identidade e reconhecimento no movimento. Após um período com denominação de MHB (Movimento Homossexual Brasileiro), deu-se espaço ao anagrama que se popularizou como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes). Esta abreviação, para época, por um lado dava visibilidade às lésbicas e sua luta, mas por outro lado acabava tornando invisível todos os demais espectros da diversidade sexual, como o apagamento das travestis, de transexuais, bissexuais, intersexuais, assexuais, etc. No entanto cabe aqui ressaltar que a existência da sigla GLS surgiu num viés mercadológico, conforme aponta França (2007). A autora traz em seu estudo que a sigla veio numa perspectiva de consumo e sociabilidade, isto é, como a categorização de identificação era de ou a pessoa ser gay ou lésbica, foi instituída o S de simpatizantes de maneira a abraçar públicos que consumiam produtos, serviços ou bens que eram associadas a pessoas homossexuais, mas não necessariamente se identificavam como tais.

Após isso, houve modificações e mudança para a sigla GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis), mas por uma questão de gênero houve uma inversão das letras para LGBT, com as lésbicas passando a compor o início do anagrama como forma de dar

visibilidade à luta feminista diante de uma sociedade machista, bem como o início machista do movimento. Com o passar do tempo, novamente foram dando luz às problemáticas e necessidades de cada diversidade: houve uma modificação para LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais); posteriormente LGBTTT (lésbicas, gays, travestis, transexuais e transgêneros), sendo a nomenclatura transgênero destinada às pessoas não-binárias e intersexuais; e posteriormente ao LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, interssexuais, assexuais e demais espectros da sexualidade). Esse foi o ponto que mais me recordo ao longo do movimento por ter vivenciado as modificações a partir do GLS.

Voltando à divisão do movimento em ondas, de acordo com as pesquisas de Facchini (2003) e Pereira (2016), a segunda onda foi marcada pela eclosão da epidemia de AIDS - síndrome da imunodeficiência adquirida - que foi batizada pela imprensa de "peste gay" e "câncer gay" ocasionando numa redução do número de grupos e mudança na prioridade da luta que antes era por liberdade e, com a epidemia de HIV/AIDS passará a ser luta pela vida e em busca de respostas governamentais para a doença.

Ao longo deste período surgiu também a expressão "orientação sexual"⁸ em oposição ao que seria uma escolha/opção sexual e, conforme Canabarro (2013), em 1986 os grupos Triângulos Rosa, Libertos e Grupo Gay da Bahia iniciaram uma campanha para inclusão da proibição de discriminação por orientação afetivo-sexual na Constituição de 88, o qual não foi incluso.

Pereira (2016) ainda traz que a terceira onda do movimento LGBT foi marcada pelo aumento de Organizações não-governamentais (ONGs) e vários grupos de formatos variados do movimento LGBT+, sendo grupos informais, setores partidários e núcleos universitários. Nessa época ocorreram propostas de implantação de políticas de direitos humanos e cidadania e de políticas afirmativas e participativas; ocorre o surgimento do ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), Rede Afro LGBT e em 1997 ocorre pela primeira vez a parada do Orgulho gay em São Paulo; em 2002, na segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), continham ações do governo voltadas para o combate à discriminação por orientação sexual; além disso em 2004 foi feito o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, visando a promoção e proteção da cidadania LGBT+, ampliando os direitos humanos e não se restringindo

⁸ Uma forma de organizar as sexualidades num viés psicológico.

somente ao campo da saúde. O autor elucida também que, mesmo diante da trajetória das políticas, não deixou de ocorrer contradições, tensões e acidentes de percurso. Traz que, dentre os desafios:

o pouco impacto, pelo menos sentido, que estas políticas tiveram/tem exercido no cotidiano da vida de milhões de LGBT em permanente luta e resistência nas suas localidades (que, muitas vezes, sequer conhece os mecanismos criados) e os limites e retrocessos que os governos progressistas tiveram no que diz respeito à implementação de algumas políticas em face da coalizão partidária com setores antagonistas ao Movimento LGBT e da correlação de forças desfavorável, num sistema político, em que as minorias não são consideradas na composição dos governos ou não detém capital eleitoral atraente (PEREIRA, 2016, p. 127).

Em 1985 a homossexualidade havia sido desconsiderada como patologia pelo Conselho Federal de Medicina, tendo este fato reconhecido pela OMS apenas em 1990. Todavia, o mesmo não se aplicava para travestis e transexuais que eram classificadas na categoria “disforia de gênero”, em sua décima revisão do CID (NARDELLI; FERREIRA, 2015). Em 1999, o CFP (Conselho Federal de Psicologia) aprovou a resolução proibindo terapias que objetivavam a "cura" de homossexuais.

O processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), como aponta Araújo *et. al* (2022), foi iniciado em 2008 através da Portaria do Ministério da Saúde nº 1707, de 18 de agosto de 2008, de modo que oferecia acompanhamento psicológico, tratamento hormonal e procedimentos cirúrgicos. Pelo sistema judiciário tivemos em 2011 a legalização da União Estável Homoafetiva e em 2013, o Conselho Nacional de justiça normatizou o casamento civil igualitário, assegurando direito à herança, participação em planos de saúde como cônjuge beneficiário, pensão, etc. E, pelos estudos de Pereira (2021) em 1 de março de 2018, o STF proferiu que pessoas transgêneras poderiam realizar a alteração do registro civil sem necessitar passar pelo procedimento cirúrgico de redesignação sexual e, somente em 2019 que pessoas trans poderiam ver sua identidade de gênero fora de uma classificação de patologias no CID 11. "A persistência dos movimentos mundo afora para despatologizar identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais se reflete em intenso trabalho de conscientização e resistência" (CANABARRO, 2013). O processo de redesignação sexual e alteração do nome social por muito tempo são vistos no campo da saúde como um transtorno de identidade de gênero, ou seja, como uma patologia, levando a pessoa a uma série de invasões para assegurar e garantir a sua identidade, mesmo com a modificação do CID 11.

Recentemente tivemos a criminalização da homolesebobitansfobia (categorizada de forma geral como homofobia) e enquadrada na lei de criminalização de racismo (Senado Federal). Mesmo sendo uma ferramenta conquistada, ainda não podemos dizer que é a solução para os crimes ou para a discriminação que encontram-se enraizadas na nossa cultura.

Jesus e Radl-Philipp (2021) abordam que ao longo da história de luta do movimento LGBTQ+, é possível enxergar o quanto a representação da causa está centrada na identidade/imagem do homem cis gay e branco. Por diversas vezes as demais orientações sexuais e identidades de gêneros são negligenciadas tendo em vista que o protagonismo da luta deu-se a partir das identidades trans. As autoras trazem que “as travestis foram apagadas e o protagonismo das suas atuações [...] foram silenciados no que era chamado de movimento gay” (JESUS E RADL-PHILIPP, 2021). Durante o início da luta, como vimos acima, a nomenclatura era designada MHB, Movimento Homossexual Brasileiro composto por homens gays, ou seja, podemos perceber o quanto as identidades trans se tornam parte de uma política excludente. O sujeito político que ganha visibilidade para falar e aparecer na luta pela causa, ainda que na época de forma clandestina e perdurando até o dia de hoje, é o homem cis gay branco. Tinha uma cara. E pode-se dizer que ainda tem.

Apesar dessa tentativa de apagamento e invisibilização das transvestigêneres, elas ocuparam um papel fundamental durante a epidemia da AIDS, conforme Jesus e Radl-Philipp (2021) trazem. Nomes como Jovanna Baby, Beatriz Senegal, Elza Lobão, Josy Silva, Monique Du Bavieur e Claudia Pierry France, ganham destaque na luta e ativismo de travestis e mulheres trans e criassem a ASTRAL - Associação de Travestis e Liberados, primeira organização de travestis do mundo, que mais tarde veio a se tornar a Associação Nacional de Travestis e Transgêneros, a ANTRA. (NOHS SOMOS, 2020; SOUSA, 2020)

Outro ponto importante de se destacar, é sobre alguns fatos pioneiros relacionados à história da transgeneridade que são abordados por Ciasca, Hercowitz e Lopes Junior (2021) no livro Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Em 1864, Karl Heinrich Ulrichs cunhou o termo *urning* para se referir a almas femininas aprisionadas em corpos masculinos. Em 1886, Richard von Krafft-Ebing cunhou o termo *eviration* para designar a mudança da personalidade masculina para a feminina e

defemination para a mudança da personalidade feminina para masculina. Em 1899 Albert Moll cunhou o termo *Conträre Geschlechtsempfindung* para se referir a sentimentos do "gênero contrário" e *Geschlechtsumwaldlungstreib* para se referir à vontade de modificação do sexo. Em 1918 Alan L. Hart, além de médico, foi o primeiro homem trans a realizar cirurgia de redesignação sexual. Em 1919 Magnus Hirschfeld criou o Institut für Sexualwissenschaft (Instituto de Sexologia) e, diferentemente dos outros médicos da época, ele não trazia como proposta "curar a doença da mente", mas promover acesso ao cuidado (fosse através da hormonização e cirurgias) e promover direitos iguais. Entre 1922 e 1931 Dora Richter foi a primeira mulher a retirar os testículos e se submeter a penectomia. Em 1939 Michael Dilion recebeu a primeira receita de testosterona para hormonização. Em 1971 Roberto Farina foi o primeiro cirurgião a fazer uma cirurgia de transgenitalização no Brasil, em Waldirene Nogueira. Em decorrência desta cirurgia, em 1978 ele foi processado pelo Conselho Federal de Medicina, sob a acusação de lesões corporais graves, sendo condenado em primeira instância e absolvido posteriormente. E em 1977 João W. Nery, psicólogo e escritor, foi o primeiro homem trans a ser submetido a toracoplastia masculinizadora, uma cirurgia proibida na época, em plena ditadura. O médico que o operou foi condenado à prisão dois anos depois (CIASCA; HERCOWITZ; LOPES JUNIOR, 2021).

Apesar de todo o processo de resistência, não podemos negar o impacto psicossocial em decorrência de todos esses atravessamentos. As vivências das transvestigêneres demarcadas pela violência e violações de direitos promovem rupturas na sua qualidade de vida, afetando em todos os âmbitos: físico, social, emocional e individual. Em uma sociedade cuja estrutura é pautada na política de extermínio é necessário compreender que a vivência do homem cis gay é divergente da vivência de uma pessoa transgênera, sobretudo diferente de uma travesti ou mulher trans. Nesse cenário o machismo e patriarcado operam no funcionamento da causa, de modo que esse apagamento dificulta no processo e engajamento de políticas públicas e atenção à população transgênera. Por isso é importante ressaltar e dar voz e espaço para as narrativas das travestis, uma vez que até hoje foram a parte da população LGBTQ+ que mais são oprimidas, violentadas, torturadas e assassinadas e através da resistência de suas corporalidades dissidentes que embasaram as políticas públicas dando seguridade de direitos para toda uma comunidade (JESUS; RALD-PHILIPP, 2021).

Tomando como exemplo as minhas informações prévias sobre as experiências, resistências e (sobre)vivências do Instituto Trans da Maré, identificamos uma forte política de extermínio e higienização, onde é perceptível isso, fortemente nas disputas de sala do Detran da Baixa dos Sapateiros e a dificuldade arrecadação de verbas para subsistência do projeto e acolhimento da população Trans. Mesmo diante dos percalços e garantias adquiridas, este grupo ainda é marginalizado e, por mais que exista uma pluralidade da diversidade sexual há muito a ser discutido e resolvido. Há muito o que resistir.

A partir desse histórico apresentado sobre o movimento e luta da comunidade LGBTQ+, podemos perceber que o Instituto Trans da Maré vem resistindo a tantos atravessamentos e violações durante todo esse tempo. Essa resistência parece estar ligada à necessidade de se fazer existir e viver. Se parar para pesquisarmos no dicionário o significado da palavra resistência, encontraremos que é “ação ou efeito de resistir, de não ceder nem sucumbir; Recusa de submissão à vontade de outrem” (DICIO, 2020).

Falar sobre resistência envolve delimitar sobre qual perspectiva esta será conduzida. Pela vertente da Gestalt-Terapia, uma das abordagens clínicas da psicologia, a resistência está relacionada intrinsecamente com o contato consigo, com o outro ou com o mundo (CREMA, 1984). Os autores elucidam que “o movimento natural do mundo e das pessoas é o de entrar em contato, e toda mudança se dá através do ou no contato”. Partindo por este viés, podemos pressupor que resistência é qualquer coisa que reduza o ritmo de movimento, interferindo o contato, seja de forma que impeça ou reduza o indivíduo.

Partindo ainda pelas perspectivas dos autores citados, em seus estudos trazem que a resistência é um conceito energético, sendo necessário ter energia para que ocorra resistência. Ou seja, é uma ação contrária e em movimento oposto diante de uma ação imposta previamente. Entretanto, esse re-ação de resistência, pode demandar energia da pessoa ao ponto de exaurir seus recursos energéticos, de modo que torna o processo cansativo e subtraindo o contato com o mundo em alguns casos (CREMA, 1984). Desta forma nem toda ação é resistência, mas toda resistência demanda ação.

Yamashita (2013, apud. Sémelin, 1994) nos traz uma definição de resistência a partir de uma visão de movimento conservador na qual a sua existência se dá na busca de

recuperar o que foi modificado pelo opressor na tentativa de controlar o território. A partir desse ponto de vista, podemos compreender o quanto a resistência se faz presente na luta de direitos da comunidade LGBTQ+, uma vez que, diante de uma cultura heterocisnormativa constantemente é oprimida por fugir das normas e padrões impostos. No processo de interação e convívio social, vivemos numa sociedade na qual existem regras e normas sociais a serem cumpridas, sejam elas simples ou de melhorias de convivência, até de controle e vigilância dos corpos e subjetividades, sempre havendo algo ou alguém ditando como as coisas devem ser feitas. Seja na forma como se portar até a forma como expressar sua individualidade, e aqui chamamos a atenção para também como as sexualidades são impostas e conduzidas.

Tomando essa observação podemos então refletir a respeito de como ainda é tratada a sexualidade em nossa sociedade: faz com que o indivíduo tenha sua sexualidade à serviço das relações de poder estabelecida pela sociedade, sendo esta a responsável por controlar os corpos e desejos destes indivíduos. Existem muitas investigações acadêmicas se atentando para como determinados grupos, povos e comunidades consideradas oprimidas ou subordinadas reagem às formas de dominação. Souza (2021) traz que essa expansão de pesquisas acadêmicas sobre sexualidades, gênero e suas articulações vêm possibilitando refletir sobre o controle da singularidade dos corpos marcados pelas dicotomias, normatizações, binarismos e regulações sobre as vivências de sexualidade e gênero. A este tipo de dominação podemos levar em consideração que existe uma relação de poder exercida sobre estes grupos.

Na visão sobre poder que compartilho com Martin-Baró (1984), o poder é definido como a realização e/ou imposição de interesses pessoais, grupais ou de classe sobre outros a partir da desigualdade das relações sociais e diferenças de recursos. Seu surgimento se dá em uma relação social e vai sendo estruturado de acordo com a finalidade, buscando a submissão da ordem social, ou seja, o controle social a partir de determinados interesses grupais ou de classe. Baró ainda traz que as relações de poder são inerentes a toda relação social e intergrupar se dando tanto nos níveis inferiores de uma pirâmide social quanto nos níveis superiores surgindo, assim, quando os indivíduos se relacionam uns com os outros com finalidades. O autor refere em um de seus estudos que ao se tratar de poder no campo de um comportamento de dimensões políticas que busca defender interesses comuns, o poder tem sua articulação psíquica dividida em constituição do poder, exercício do poder e luta por poder. A constituição do poder

trazendo de que forma ela é constituída, sob quais interesses em comum sobre um determinado grupo; o exercício do poder como a forma e ferramentas usadas para exercer o poder sobre determinado grupo a partir de interesses em comum, sejam através de violências sutis e estruturais a violência física; e a luta por poder, quem ou o que tem maior força para exercer tal poder (BARÓ, 1984).

Com esse pressuposto, podemos inferir o quanto as minorias sexuais e de gênero são dominadas a partir do conceito da heterocisnormatividade binária. Miskolci (2016) traz que a heterocisnormatividade:

seria a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida. Não por acaso, violências atualmente chamadas de homofobia não se dirigem igualmente a todos/as os/as homossexuais, mas, antes, muito mais frequentemente a quem não segue esse padrão. Nesse sentido, quer sejam heterossexuais ou homossexuais, todos podem ser normalizados e preconceituosos com o Outro, aquele que vive, se comporta ou pensa diferentemente. Muitos homossexuais também normalizados ajudam na estigmatização e na percepção negativa daqueles que não cabem na heteronormatividade (MISKOLCI, 2016, p. 15).

Essa heterocisnormatividade vem de um poder grupal, que impõem sobre os sujeitos, estes de grupo menor e oprimido, suas ideologias, dicotomias a partir dos recursos que possuem, que aqui podemos chamar de privilégios, de modo a marginalizar os oprimidos em detrimento da falta de recursos que possuem, recursos estes que são negados previamente por um cis-tema. Baró (2017, p. 190) elucida que “sem dúvida, os grupos mais poderosos em uma determinada sociedade são aqueles que possuem todo tipo de recursos e em quantidades que são suficientes para produzir diferenciais favoráveis em suas relações com outros grupos”. Fazendo um paralelo com as vivências da comunidade LGBTQ+ podemos identificar o quanto essas relações de poder operam em seu cotidiano. Seja na segregação social levando à marginalização, na restrição de oportunidades de emprego, seja na negação e deslegitimação do nome social, na dificuldade de acesso a serviços básicos, etc.

Isso tudo promove marcas à comunidade, de modo que esses atravessamentos diante das relações de poder são decisivos na forma como pessoas LGBTQ+ atuam e resistem em sociedade. Baró (2014, p. 602) traz que “em uma perspectiva psicossocial, o poder é uma característica que surge nas relações sociais”. Pensar nessa estrutura psicossocial, é entender que essas agressões e micro agressões afetam o grupo no nível de saúde mental, compreensão de si no mundo, valorização do eu, ajustamentos e

convivências com grupos diferentes ocasionando em questões psicológicas sintomáticas. Com isso, as minorias “dominadas” (estas com aspas por evitarem sucumbir a este propósito de controle social) se agrupam com intuito de lutar por um objetivo em comum: a sobrevivência.

Enriquez (1994) traz que a necessidade de um objetivo em comum constitui um grupo. Se existe uma causa a ser defendida e/ou promovida, torna-o uma minoria atuante, uma vez que diante de um problema estrutural buscará soluções de enfrentamento e resolução. Nesse sentido a resistência vem como estratégia de ter direito à cidade e aos espaços coletivos, construção de novos espaços, produzir narrativas insurgentes e se beneficiar delas, participar de políticas públicas direcionadas à própria comunidade e não abrir mão de habitar e lutar pelos seus territórios (BORGES, 2021). Davi (2011) traz que a comunidade LGBTQ+ vem demonstrando sua resistência a situações que lhe são opressivas através de representações teatrais, performances, música, textos anônimos, dentre outras possibilidades de exploração da criatividade através do riso, da arte, da música e da linguagem como arma de resistência. Desta forma acabam desempenhando um papel ativo e essencial na sua própria história e definição de suas identidades e subjetividades.

1.2 – Teatro do oprimido como possibilidade de transformação

Antes de chegar ao Teatro do Oprimido (TO), vamos fazer um breve e curto percurso sobre uma história do teatro. E aqui digo “uma história do teatro” por acreditar que não podemos afirmar que seu surgimento tenha sido único e exclusivamente no ocidente, sobretudo uma origem eurocêntrica. Silva (2014, p. 25) aponta que “é impossível definir cronologicamente o seu nascimento, mas é possível afirmar que a finalidade a que ele servia em seu estágio embrionário era possibilitar a comunicação com os deuses cultuados pelos antigos agrupamentos humanos por meio dos seus rituais.” Acredito também que não podemos sustentar que o teatro tenha sido criado, surgido e se desenvolvido na Grécia, como é comum de se encontrar didaticamente, tendo em vista que existe uma pluralidade e multiplicidade da arte e do teatro sob interferência de outras culturas em diversas localidades no mundo.

Pesquisar a história do teatro privilegiando práticas e representações hegemônicas implica em não validar a existência e possibilidade de surgimento do teatro em outras culturas. É sustentar o pacto da colonialidade de poder de uma cultura em detrimento da outra. Atrevo-me a dizer que não faz sentido afirmar a sua origem, uma vez que é sustentar que os dados somente são válidos a partir da escrita, pois isso é silenciar o conhecimento da oralidade e para cada cultura as manifestações da arte são diversas em suas temporalidades. Mas afinal o que é arte em si? O que é teatro?

Para trazer responder às perguntas, utilizarei os conceitos de Cebulski (2012) onde:

a palavra teatro remete a dois significados diferentes: a um gênero da arte ou também a edifício ou casa, ou seja, ao espaço no qual podem ser representados vários tipos de espetáculos. Etimologicamente, teatro deriva do grego theatron (theaomai = ver; thea = vista; panorama), mas a forma atual da palavra tem origem latina (theatrum). Porém, não é correto afirmar que o teatro é uma invenção grega (2012, p.11).

Paranhos (2017, apud Gomes, 1968, p.10) também traz uma complementação sobre o conceito de teatro que é a única arte que usa o ser humano como ferramenta de expressão, sendo isso um ato de caráter político-social sendo realizada com a participação do público. Essa manifestação artística acontece há muitos anos. Cebulski (2012) traz em seus estudos que no Egito Antigo já aconteciam representações teatrais cuja finalidade era cultuar as divindades: eram feitas procissões na cidade de Abidos para os deuses

Osíris e Ísis onde sacerdotes e sacerdotisas reviviam os deuses e sua ressurreição e também para cada deus, conforme suas datas sagradas no calendário egípcio, eram feitas grandes dramatizações reverenciando e agradecendo os benefícios divinos. E nisso, estamos falando do XI dinastia que ocorreu por volta de 2000 a 1700 a.C.

Somente mais tarde, em território grego, conforme Cebulski (2012, p.12) que essa tradição egípcia “aliada à intenção dos seus dirigentes de proclamar uma identidade política e cultural, mesclando as histórias das famílias reais, das batalhas travadas com outros povos, deu origem ao teatro grego, considerado o berço do teatro ocidental”. Com isso, o surgimento do teatro dramático grego dava voz às tragédias e comédias onde propunha um sentimento de responsabilidade e zelo às coisas públicas por parte do público, que eram os cidadãos, com encenações sobre as histórias de reis e rainhas, bem como dos heróis e suas crenças religiosas dando origem ao que conhecemos hoje como a mitologia grega.

A autora ainda traz em seu livro que o teatro grego, juntamente com o teatro romano, faz parte da história do teatro na antiguidade clássica. Demarcando em períodos, tivemos o teatro medieval (após a queda do império romano) e que cabe ressaltar novamente que se trata de um teatro eurocêntrico, tendo em vista que em sua espacialidade esse teatro ocorreu nos países da Europa Feudal (França, Itália, Alemanha, Suíça, Inglaterra, Holanda, Bélgica, Portugal e Espanha). Após o teatro medieval (demarcado pela Alta e Baixa Idade Média), tivemos o período do teatro no renascimento, o teatro no século XVIII (marcado pela crise do drama burguês e o teatro romântico), o teatro no século XIX marcado pelo realismo e naturalismo; e o teatro no século XX com suas principais tendências desde as vanguardas europeias, Teatro do Absurdo, Brecht, até chegar no teatro pós-dramático e de performance (CEBULSKI, 2012).

Ao passo que aconteciam todas essas transformações e modificações do teatro no mundo (e por mundo me refiro a Europa), aqui no Brasil, fortemente influenciado pelos ideais europeus, o teatro também acontecia e se reinventava a cada contexto histórico. Podemos iniciar com o teatro jesuítico na época de exploração e colonização do país, na qual sua principal preocupação era a catequização dos indígenas; tivemos o período de romantismo do teatro brasileiro; teatro realista; o período de simbolismo no teatro; teatro de arena, teatro oficina, teatro do oprimido até chegarmos no teatro contemporâneo. (CEBULSKI, 2012).

O teatro sempre foi, em suas manifestações dramáticas e de representação, uma forma de reflexão, para além do entretenimento. O que antes era feito em conjunto com o povo, depois de inúmeras passagens de tempo e modificações foi criado um personagem principal, um herói, como resolutor de conflitos apresentados em cena conduzindo à plateia ao caminho da emoção perante sua vitória foi o primeiro passo para criar um distanciamento do ator e o espectador, de modo que a plateia interrompia suas próprias emoções se identificando com o protagonista, ao pensar como ele, de modo que anestesiavam suas emoções e se identificavam somente com as emoções do personagem (SILVA, 2014). Seja para um alívio cômico ou para uma instigação do indivíduo enquanto ser-no-mundo e que opera em sociedade, o teatro através das suas linguagens cada vez mais vem se apresentando enquanto uma ferramenta política de resistência, denúncias sociais, acalanto das angústias, movimentos sociais, luta contra opressões e expressão do que quer que seja a partir da sua principal ferramenta de trabalho: a criatura humana.

O teatro (suas manifestações e performances em suas variadas formas) é uma das ferramentas utilizadas como mecanismo de resistência e enfrentamento da comunidade LGBTQ+ diante das opressões e segregações vividas e perpassadas. Souza (2021) relata que cada vez mais um cresce o número de pessoas e/ou coletivos dissidentes que vêm utilizando diversas linguagens artísticas, desde fotografias, audiovisual, teatro, artes plásticas, música, performances, entre outras com finalidades diversas tais como questionar as normatizações e regulações corporais, de gênero e sexualidade; e possibilidades de exploração das suas subjetividades e vivências que transcendam os binarismos que fixam e enclausuram os sujeitos, estimulando, assim, construções culturais e históricas de gênero e sexualidade através das produções artísticas.

Por haver pluralidades nas linguagens teatrais e suas expressões, diante das várias técnicas e métodos existentes, trago para a pesquisa o Teatro do Oprimido como possibilidade de caminho uma vez que em sua base e essência, este contempla a temática tratada aqui. Conforme o próprio precursor da abordagem, “o Teatro do Oprimido, em todas as suas formas, busca sempre a transformação da sociedade no sentido da libertação dos oprimidos. É ação em si mesmo, e é a preparação para ações futuras” (BOAL, 2013, p.18). A teoria e técnica do Teatro do Oprimido surgiu em 1970 e foi criado por Augusto Boal que trazia como uma das propostas convidar a plateia a ser protagonista da própria vida e não somente das situações ficcionais ensaiadas e reproduzidas no teatro. É um

método que une teatro e política visando a transformação social, chamando o espectador a ser também ator, convidado a entrar na cena e atuar. As cenas formuladas são elaboradas entre os atores e espectadores que ganham o direito de agir cenicamente podendo redirecionar a ação dramática, onde, desta forma, a narrativa que está sendo contada será reconhecida pela coletividade.

Ao ser estimulada a cena a partir de uma situação real, a troca de experiências entre os envolvidos em cena (atores e público) torna a vivência muito mais do que consumo de um produto cultural-artístico, pois, fomenta o sujeito a ser agente de transformação de sua própria vida e da sociedade. Tanto o oprimido quanto o opressor, já que este último, ao se identificar na cena como o agente da opressão, seja ativa ou passiva, passa pela reflexão através da empatia. Além disso, o Teatro do Oprimido aumenta seu potencial transformador à proporção que se expande e entrelaça diferentes grupos de oprimidos, uma vez que as pessoas além de conhecerem suas próprias opressões, também passam a conhecer as opressões alheias.

O autor traz que:

para que se compreenda bem esta Poética do Oprimido deve-se ter sempre presente seu principal objetivo: transformar o povo, "espectador", ser passivo no fenômeno teatral, em sujeito, em ator, em transformador da ação dramática. Espero que as diferenças fiquem bem claras: Aristóteles propõe uma Poética em que os espectadores delegam poderes ao personagem para que este atue e pense em seu lugar; Brecht propõe uma Poética em que o espectador delega poderes ao personagem para que este atue em seu lugar, mas se reserva o direito de pensar por si mesmo, muitas vezes em oposição ao personagem. No primeiro caso, produz-se uma "catarse"; no segundo, uma "conscientização". O que a Poética do Oprimido propõe é a própria ação! O espectador não delega poderes ao personagem para que atue nem para que pense em seu lugar: ao contrário, ele mesmo assume um papel protagônico, transforma a ação dramática inicialmente proposta, ensaia soluções possíveis, debate projetos modificadores: em resumo, o espectador ensaia, preparando-se para a ação real (BOAL, 2013, pg. 123-124).

Partindo desta premissa, o Teatro do Oprimido promove no espectador-ator a possibilidade encontrar alternativas para situações de opressão, em especial quando são situações experimentadas e ensaiadas a partir da técnica. Boal (2013) traz que o teatro era consumido prioritariamente pelas classes que detém o poder de modo que atendia seus interesses e até mesmo contribuía para que as relações de poder que existiam (e ainda existem) permanecessem operando socialmente contribuindo para uma continuação de uma sociedade regada por esta elite.

Boal (2013) utiliza um modelo de árvore do Teatro do Oprimido para ilustrar a técnica e abordagem. Suas raízes são constituídas pelas formas de comunicação humana: através do som, da palavra e da imagem. São as raízes as responsáveis por retirar todos os nutrientes do solo para levar ao tronco e nutrir toda a árvore até seus frutos e é no solo que estarão as seivas necessárias para tal processo. Pela perspectiva de Boal, no solo estão a ética, solidariedade, economia, filosofia, história, multiplicação e política: conceitos necessários para existência da árvore. No seu tronco estão os jogos, primeiramente, que são exercícios que ajudam na desmecanização do corpo e da mente alienados ao enrijecimento social, da opressão e do poder. Os jogos possuem duas características essenciais da sociedade: regras (tal como a sociedade possui leis) e liberdade (criativa para que o jogo, vida, não se transforme em servidão e absoluta obediência servil). “Sem regras não há jogo, sem liberdade não há vida” (BOAL, 2013, p. 16).

As demais técnicas que compõem esta árvore, seus galhos, são o Teatro Imagem, Teatro Jornal, Arco-Íris do Desejo, Teatro Fórum, Ações Diretas, Teatro Legislativo e Teatro Invisível, conforme pode ser visto na imagem abaixo:

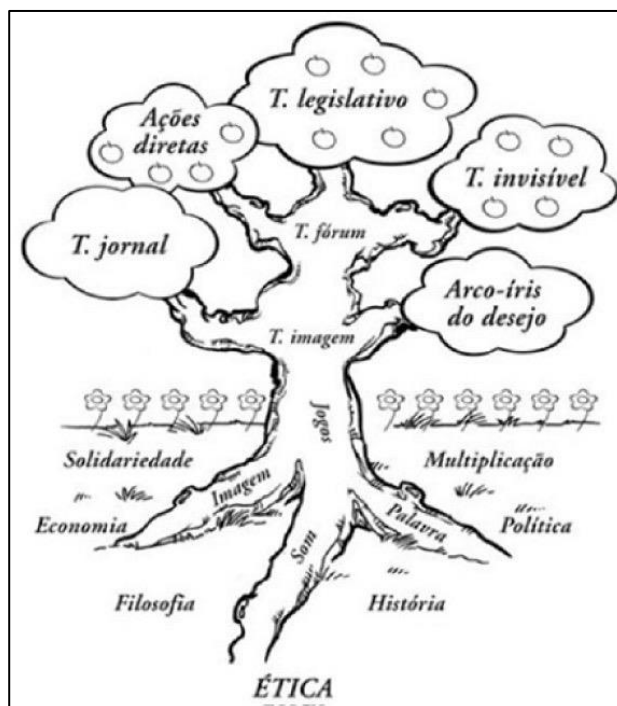


Figura 1. Fonte: [A árvore do teatro do oprimido | Download Scientific Diagram \(researchgate.net\)](#)

O Teatro Imagem é um método que utiliza a imagem como meio de comunicação sem o uso das palavras. É utilizado o corpo, objetos, fisionomias, cores e distância para a comunicação de modo a desenvolver outras formas de percepção. Já o Teatro Jornal

utiliza doze técnicas que consistem na combinação de imagens e palavras para revelar nelas os significados que estão ocultos dando-lhes diferentes formas de interpretação. A técnica do Arco-Íris do Desejo já traz o uso das palavras e imagens como mecanismo de permitir a teatralização de opressões introjetadas, possibilitando um olhar para cada um de nós, mas buscando ainda assim uma ressonância no grupo, como objetivo de mostrar que tais opressões introjetadas tiveram origem e guardam uma relação com a vida social de forma íntima. O Teatro Fórum, que é a técnica mais conhecida e mais usada do Teatro do Oprimido, baseia-se no coletivo, convidando os espectadores a entrar em cena, proporcionando uma transformação social através de sua atuação teatral junto à cena revelando estratégias, desejos, alternativas, não apenas usando as palavras. As Ações Diretas são as que consistem em teatralizar manifestações de protesto, comícios, desfiles, procissões laicas, concentração de grupos organizados, usando elementos artísticos e teatrais como danças, máscaras, coreografias, músicas, etc. Já o Teatro Legislativo, segue a mesma modalidade do Teatro Fórum, porém se mistura com rituais de uma Assembleia ou Câmara com o objetivo de chegar a uma formulação de projetos de lei coerentes e viáveis para o tema apresentado, também trazendo o espectador para a cena. No Teatro Invisível, o teórico traz que este pode ser feito em qualquer lugar que sua trama pudesse acontecer ou já tenha acontecido, onde atores e espectadores encontram-se no mesmo nível de diálogo. Os espectadores são também atores (BOAL, 2013).

Essas técnicas do Teatro do Oprimido estimulam a transformação social por parte dos espectadores a partir da fomentação dos atores. É forma de viabilizar que o meio seja propício para conhecer a realidade e transformá-la. Luna, Xavier Filho e Pena (2019) relatam que nos ambientes formais das reuniões, nem sempre é oportunizado e disponibilizado que as pessoas se manifestem de forma desinibida, de modo que isso acaba prejudicando a discussão de temas importantes. Aqui penso que a forma como são operadas as relações de poder influenciam definitivamente nos posicionamentos de algum grupo minoritário ou oprimido. É necessário promover a participação e expressão popular de forma criativa, independente da exigência de uma investigação de novas linguagens para promoção destes diálogos, pois através da participação popular se consolida a democracia. E, conforme as autoras, “é necessário um trabalho educativo que ajude a população a entender os aspectos envolvidos nas relações de poder” (LUNA; XAVIER; FILHO; PENA, 2019).

Como vimos no capítulo anterior a construção de gênero, sexo e sexualidade está, também, correlacionada às questões de poder, onde a sociedade impõe a heterocisnormatividade como única forma possível de normalidade e aceitação. Quando trago para a proposta a realização desta pesquisa no Instituto Trans da Maré, as pessoas participantes dissidentes ultrapassaram as fronteiras do que é socialmente “aceitável”, já que a norma que é estabelecida é remetida ao homem branco, heterossexual, de classe média (ou alta) urbana, cristão e conservador. Esta norma passa a ser a referência que não precisa ser nomeada e este sujeito, o homem branco-cis-hetero-cristão-conservador, é delimitado como marcador de manutenção do sistema social, mas a partir do momento que pessoas dissidentes através da arte causam fissuras nesses ciclos sociais de modo a ultrapassar estas fronteiras, elas provocam movimentos, questionamentos, instabilidades, desarranjos e incertezas, o que coloca em xeque todas as regulações que atravessam os sujeitos normativos (SOUZA, 2021).

Fazendo uma analogia de ambos os apontamentos, por que não utilizar o teatro a fim de se obter um efeito de desregulação das relações de poder? Evelyn e Biar (2015) apontam que o Teatro do Oprimido vem a ser uma possibilidade de aliar mudança de valores e pensamentos enraizados na heterocisnormatividade a uma educação sexual. Um ensaio de uma revolução a quem não está nas universidades a partir da arte e seu fazer artístico. “Pode ser que o teatro não seja revolucionário em si mesmo, mas estas formas teatrais são certamente um ensaio da revolução” (BOAL, 2013, pg. 147).

O Teatro do Oprimido não está no lugar de o artista interpretar um personagem, mas sim é o teatro no qual o indivíduo interpreta ele mesmo, sua história, seu próprio papel de modo a organizar e reorganizar sua própria vida, analisando suas próprias ações para descobrir formas de libertação (LUNA; XAVIER FILHO; PENA, 2019).

1.3 – Da Casa Nem ao Instituto Trans da Maré

Para falar sobre o campo de pesquisa, precisarei contar a história de chegada até o local. Por isso vejo a necessidade de abordar um pouco sobre o antigo campo de pesquisa que acaba sendo também o ponto de partida de surgimento do Instituto Trans da Maré. Se trata de uma organização não-governamental recente, mas que identifiquei bastante ação social sendo desenvolvida e posta em evidência no dia-a-dia, que é também compartilhada de forma digital nas redes sociais e em sites.

Meu desejo enquanto pesquisador era realizar a pesquisa na Casa Nem, instituto o qual já havia escutado falar a respeito e, ao chegar no Rio passei acompanhar nas redes sociais seus feitos. Antes de se tornar a referência que hoje ela é, e de chegar às proporções atuais, ela surgiu através da Casa Nuvem que anteriormente objetivava formação de encontros, festas, experimentações culturais e artísticas na sua criação, mas com o decorrer do seu funcionamento, foi ganhando notoriedade posicionamentos político-sociais e debates sobre diversidade de corpos e sexualidades (PAIVA, 2019). A partir disso, por questões internas, ali naquele espaço foi dando forma e conteúdo a demandas emergentes até chegar ao que hoje é a organização.

A Casa Nem – Casa Viva surgiu em 2016 através de um projeto de preparação para o ENEM (o Prepara Nem) onde eram ministrados na Lapa (bairro central do Rio de Janeiro-RJ) aulas de pré-vestibular objetivando o empoderamento da comunidade LGBTQ+, promoção de direitos à universidade e resgate de autonomia e autoestima de pessoas que, por muitas vezes, atravessadas pelo preconceito e exclusão tinham a prostituição como uma alternativa de vida. O projeto foi idealizado por Indianare Siqueira, mulher trans-não binária, ativista dos direitos humanos e educadora social, onde inicialmente a ideia era atender as necessidades do pré-vestibular voltado às pessoas transvestigêneres abraçando também os demais membros da comunidade LGBTQ+.

O que era apenas um espaço para cursos preparatórios acabou se tornando um lar temporário de integrantes que foram expulsos de casa ou se encontravam em situação de extrema vulnerabilidade e violência, o que possibilitava a oportunidade de um novo recomeço. Hoje, de acordo com a mídia Brasil de Fato (2022), a casa acolhe em torno de 15 pessoas em situação vulnerável e, além disso, promove cursos, oficinas, debates, fomento de cultura e arte e dão suporte a demais transvestigêneres, além de pessoas sem-teto e/ou em vulnerabilidade social pelo bairro, majoritariamente o público/grupo que

sofre desigualdades socioterritoriais. A Casa Nem acaba sendo lugar onde direitos mínimos conseguem ser garantidos proporcionando às pessoas residentes a oportunidade de participar da vida social, apropriando-se de significados, subjetividades e práticas sociais cotidianas direcionadas ao envolvimento ocupacional.

Apesar da sua consistência e alcance, frequentemente a Casa Nem sofre atravessamentos territoriais, estruturais, financeiros e institucionais. Em 2018, Francelino (2021) traz em sua pesquisa que a Casa sofre ordem de despejo por dívidas no aluguel e, com isso, se juntaram à Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), na Vila Isabel, Zona Norte do Rio de Janeiro. Entretanto, em 2019 algumas pessoas membros da Casa Nem passaram a ocupar um imóvel vazio em Copacabana (Zona Sul da cidade). Em agosto de 2020, em meio a pandemia do COVID-19, uma reintegração de posse deixou as residentes desabrigadas, levando-as e ocuparem outros espaços públicos e a resistir às investidas da própria população local que resistia a participação social e ao compartilhamento coletivo da ocupação.

Em setembro de 2020 a casa recebeu uma sede definitiva do Governo do Estado do Rio de Janeiro mudando-se para o Flamengo (Zona Sul do Rio de Janeiro) onde, de acordo com o site do governo estadual, a cessão do espaço será de cinco anos, podendo ser prorrogada por mais cinco. Mesmo com alguns apoios e concessões, a Casa não deixa de receber intimidações por estarem ocupando e resistindo ao espaço e a cidade no exercício de suas cidadanias e, além disso, o espaço corre risco de encerrar as atividades por falta de recursos. Nisso me faz pensar que resistir não é opção, é única alternativa de sobrevivência e luta pela sua existência.

A esta altura talvez esteja se perguntando como a Casa Nem se relaciona com o Instituto Trans da Maré, de fato o real campo de pesquisa? Como aconteceu a mudança de campo?

Aqui explicarei como foi chegar até neste ponto de mudança. Em meados de fevereiro de 2022 eu havia feito contato com a Casa Nem através da página no Instagram© onde, no perfil da rede social, tive acesso ao número do WhatsApp©, que foi o canal de entrada de comunicação. Na época, conversei com uma pessoa (não identificada) da administração da página que, ao ser informada sobre o motivo do meu contato, sobre a pesquisa no campo, e sobre quem era eu, a profissão que exercia, fui

direcionado para contato com a psicóloga da instituição, Mayara Fafini. Após conversar com a psicóloga, expliquei como funcionaria a pesquisa, a metodologia, qual meu objetivo e se havia viabilidade e relevância para a Casa Nem. Ela me passou o número de N.C. (manterei a abreviação do nome por questões éticas), que na época era quem respondia pela área de comunicação. Marquei um encontro presencial com N.C., que aconteceu no Palco Lapa – Cozinha Nem, localizado na Rua da Lapa, para que pudesse conversar pessoalmente sobre o projeto de pesquisa, as intenções, propostas metodológicas e também para quebrar a barreira rede social do contato com a instituição.

Chegando no local, procurei por N.C. e fui até o primeiro andar, onde se encontrava reunida com algumas pessoas, integrantes e vinculadas à casa. Me apresentei (informando de onde vinha e a que instituição de ensino fazia parte) e apresentei também a proposta de pesquisa de mestrado, sua metodologia juntamente com a expectativa que tinha sobre o resultado. Sem mais delongas, após a resolução positiva para entrada e atuação no campo, me despedi de todos ali presentes com a confiança de que não somente seria realizada a pesquisa na Casa Nem, como dos frutos que ali poderiam ser colhidos.

Continuei minha jornada acadêmica com preparação para a qualificação e inscrição na Plataforma Brasil. Ao retornar o contato com N.C. em meados de maio, já não respondia mais na área de comunicação da Casa, de modo que fui atendido por Lohana, que agora era quem estava à frente da comunicação da Casa Nem. Com esta mudança, foi necessário marcar uma nova reunião de apresentação, uma vez que haviam se passado dois meses, e na reunião presencial com Lohana (que também aconteceu no Palco Lapa), novamente expus o projeto, afirmei o contato anterior que havia tido com N.C., expliquei novamente sobre a metodologia do projeto e expectativas. Também tive uma recepção positiva sobre seguir adiante a pesquisa de mestrado. Ali, naquela mesma reunião, Lohana me informou sobre a existência do Instituto Trans da Maré (ITM) e da Casa Dulce Seixas, organizações que ela estava vinculada e que atendiam também ao público LGBTQ+, mas com um foco em especial para as transvestigêneres. Trouxe que seria interessante também se as oficinas de teatro pudessem ser realizadas no ITM, onde ela via que seria promissor com as travestis que lá faziam parte. Agradei o convite e encerramos a reunião com essas ideias e possibilidades. Fui mantendo contato com Lohana, informando como estava o andamento da dissertação e do aguardo do comitê de ética aprovando o início da pesquisa.

Antes mesmo da aprovação da pesquisa pelo comitê de ética, fui informado por Lohana que a Casa Nem se encontrava com suas atividades encerradas temporariamente, uma vez que não haviam conseguido valor de arrecadação o suficiente para manter em funcionamento. Na própria página do Instagram da ONG (vide Figura 2) continha também uma postagem com a informação do encerramento das atividades. Com isso, deu-se a corrida contra o tempo e com o imprevisto para que pudesse tanto encontrar um novo campo de pesquisa quanto modificar o campo na Plataforma Brasil. Cogitei algumas instituições que trabalham com o público LGBTQ+, como a Casa Arco-Íris no Rio de Janeiro e Eternamente SOU em São Paulo.

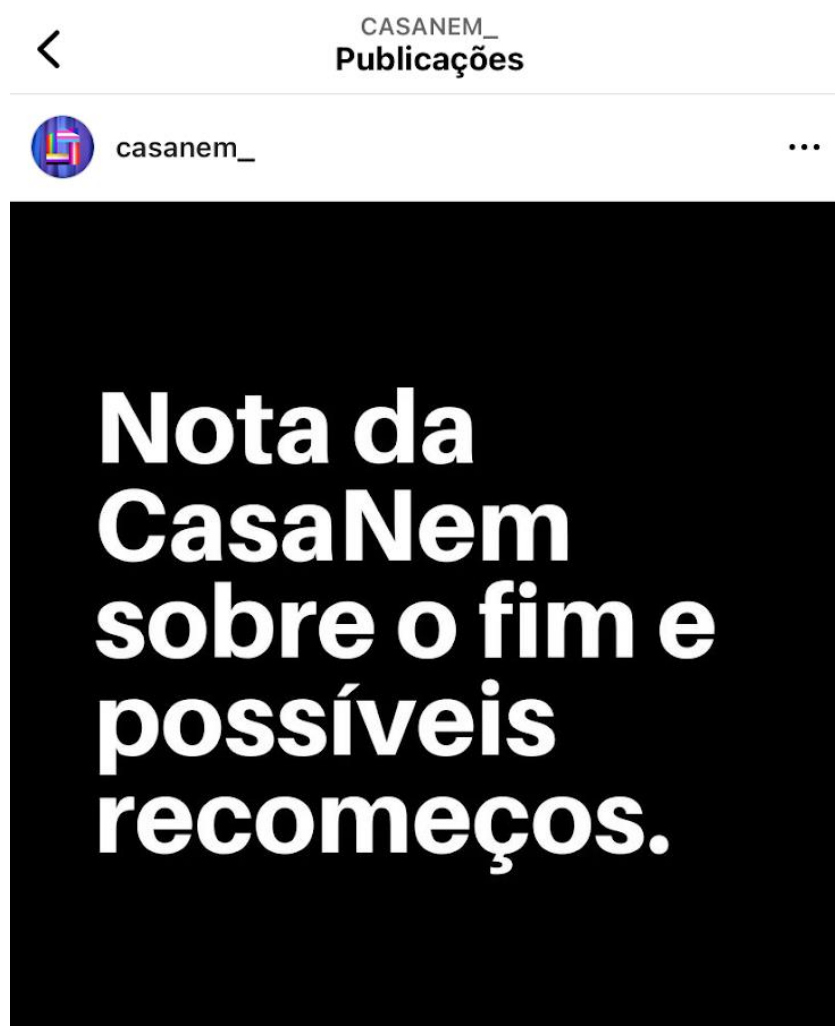


Figura 2. Fonte: <https://www.instagram.com/p/CfcnGbqJJ5E/?igshid=NTc4MTIwNjQ2YQ==>

Estava lembrado do convite para realizar as oficinas e a pesquisa no Instituto Trans da Maré, até porque o contato com Lohana estava assíduo e frequente e tornava vívido o

convite. Por mais que me fosse tentadora a proposta, me vi atravessado pelo estigma da violência urbana que imaginava fazer parte do Complexo da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro, uma vez que não conhecia o território.

De acordo com o site Redes da Maré (2022), o bairro da Maré fica localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro é composto por um complexo de 16 favelas sendo elas: Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Marcílio Dias, Parque Maré, Parque Rubens Vaz, Parque Roquete Pinto, Parque União, Nova Holanda, Praia de Ramos, Conjunto Esperança, Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Nova Maré e Novo Pinheiros (conhecido como Salsa e Merengue). Fica às margens da Baía de Guanabara, próxima ao campus UFRJ Fundão, Aeroporto Internacional Tom Jobim e entre as vias principais de circulação: Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela. A figura 3 ilustra o mapa do território da Maré.



Figura 3. Fonte: [Bairros Cariocas - Maré: uma cidade dentro do Rio de Janeiro \(multirio.rj.gov.br\)](http://multirio.rj.gov.br)

Pelas projeções populacionais de 2019, conforme o site “Redes da Maré” (2022), o complexo de favelas da Maré tem sua maioria de moradores composta por mulheres, cerca de 51%; do total de moradores; pessoas pretas e pardas somam 62,1 e 51,9%, sendo jovens com menos de 30 anos. Há forte presença de nordestinos no corpo de sua

população, cerca de 18,3%. Pinto (2023) traz dados informando que “98,3% das residências possuem acesso à rede de água, as condições sanitárias da água para consumo permanecem instáveis: 8.300 domicílios (17,4%) não utilizam filtro ou água mineral” e que “somente 25.031 moradores (18%) completaram o ensino médio e 22,6% evadiram; 25.866 (37,6%) da população completou o ensino fundamental; e 11.145 (8,01%) nunca frequentaram a escola.” (PINTO, 2023).

Apesar de unificar o nome das favelas como um único bairro, Maré, as 16 favelas que o compõe possuem diferenças entre si, seja em decorrência da sua formação histórica ao longo dos anos, tanto pelas tentativas de remoção e eliminação das favelas quanto pela migração populacional, desafios estes que atravessam os moradores em suas mobilizações, lutas e organizações para demandar por acesso a direitos e por estrutura (REDES DA MARÉ, 2022).

Pinto (2023) ainda aborda que somadas as desigualdades sociais enfrentadas pelos moradores da Maré à presença de um narcotráfico e um poder policial que age de forma violenta, aliado à escassez de políticas públicas, é identificada uma violência que se manifesta de forma progressiva, culminando em ódio e preconceito, não somente entre os próprios moradores, mas um preconceito por parte de qualquer outro espaço periférico. Ao longo da minha presença no campo, pude observar que não havia limitação ou restrição da presença das transvestigêneres na área (Baixa dos Sapateiros), mesmo que algumas áreas que compõem o complexo possam apresentar reações e regulamentações quando se trata da população LGBT+.

A presença da violência armada resulta em um ambiente de insegurança, vulnerabilidade e medo, de forma que isso acaba enfraquecendo os serviços públicos e gerando um desafio na garantia do Estado democrático de direito, conforme Pinto (2023) acrescenta em sua pesquisa. O autor utiliza a expressão “tricotomia armada” para explicar que o complexo é dividido em três grupos de poder armado que disputam o controle do território: o Comando Vermelho (CV), um grupo armado de milicianos e o Terceiro Comando Puro (TCP). A autor destaca:

Não há dúvida de que é a experiência da violência armada vivenciada pelos moradores das favelas da Maré é a do necropoder [...] Todo esse processo resulta num panorama evidente de insegurança urbana. Um projeto de segurança pública fracassado, resultando numa experiência crônica de injustiça, desrespeito, medo e dor da parte da população local. Entre 2017 e 2021 houve 132 operações policiais e 114 disputas

entre os grupos armados nas favelas da Maré. Juntos, estes 246 momentos de conflito causaram 157 mortes e interromperam, por 94 dias, o funcionamento das unidades de saúde, e por 70 dias as aulas nas escolas (PINTO, 2023, p. 14)

E neste ambiente que, apesar dos atravessamentos de violência, carência de políticas públicas efetivas e insegurança, surgem projetos, ONGs em prol da própria população como mecanismo de sobrevivência e resistência também diante do descaso do Estado e da necropolítica⁹. Uma dessas instituições que está a serviço da comunidade, é o Instituto Trans da Maré (ITM). O site “Casa Fluminense” traz que foi durante a campanha para o posto de vereadora que Lohana Carla se aproximou mais de Indianarae, da Casa Nen, devido às pautas de militância serem semelhantes e suas vivências também. A partir disso, dos encontros com outras travestigêneres, Lohana foi identificando as demandas de urgência e sobrevivência que faziam parte delas e foi se organizando para que pudesse ajudar, mesmo que fosse com arrecadação de cestas básicas, fazendo mobilização da comunidade para que pudesse auxiliar. Os primeiros encontros aconteceram em sua casa, mas percebendo a proporção de como as coisas estavam caminhando, Lohana buscou formas de que o projeto se expandisse e tivesse um espaço com mais adequações para que pudesse comportar a quantidade de garotas. De acordo com o Casa Fluminense (2021), em 2021 o Instituto havia sido selecionado em um edital pela primeira vez num projeto de apoio através do Fundo Casa, com o curso de esmalteria, dessa forma, possibilitando oportunidades de formação e renda para as transvestigêneres.

Através do programa Rio sem LGBTfobia, conseguiram três salas no DETRAN, localizado na Baixa dos Sapateiros, área do complexo da Maré, onde hoje atuam no curso de esmalteria com estimativa de ampliar para outras áreas do ramo estético. Ali, não somente transvestigêneres tem acesso à oficinas e atividades, mas também as moradoras da região podem desfrutar do espaço para aprendizado. Neste lugar, vi a possibilidade de fazer a pesquisa, não somente por estar em conformidade com o que fazia sentido para mim e para a pesquisa, mas por compreender a necessidade de dar visibilidade a outras histórias, vivências e narrativas.

⁹ Conforme Achille Mbembe (2018), a necropolítica é a política de extermínio de uma população a partir de uso de uma soberania de poder social onde delimita quem pode viver e quem deve morrer.

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA

Antes de aqui descrever por quais caminhos metodológicos foi realizada esta pesquisa, trago o estudo de Fontes (2021) como inspiração metodológica para desenvolver este trabalho. O autor citado trouxe em seus estudos a possibilidade de junção da ciência com o fazer artístico do seu campo de pesquisa através da Investigação Ação-Participante como forma de produção científica e tentativa de transformação social.

Esta pesquisa teve como metodologia a abordagem qualitativa com as bases da pesquisa-ação e Investigação Ação-Participante (IAP), de Michel Thiollent e Fals Borda. A IAP é um tipo de pesquisa social concebida e realizada em associação com ação ou resolução de um problema coletivo, onde pesquisadores e participantes estão envolvidos de forma cooperativa e participativa e os próprios pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados (THIOLLENT, 2011). O pesquisador se envolve com os caminhos que vão surgindo ao longo da pesquisa de modo a se comprometer com as pessoas participantes e com suas causas.

De acordo com Fals Borda (1991), existem três elementos teóricos que conduzem e validam a investigação-ação participante: a possibilidade ontológica de que existe uma verdadeira ciência popular; a possibilidade de transformar a relação de investigador a investigado; e a necessidade de autonomia e identidade no exercício do contrapoder popular. Thiollent (2011) traz ainda que o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou elucidar as questões/problemas da situação observada, uma vez que durante o processo as decisões, das ações e de toda atividade intencional dos atores da situação são acompanhadas e pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou nível de consciência dos participantes.

O autor traz ainda que quando se está fazendo algo relacionado com a solução do seu problema, seja individual ou grupal, há um aprofundamento maior e mais realista sobre a situação, de modo que o indivíduo deixa de assumir uma postura opinativa e esta passa a ser mais (re)ativa (THIOLLENT, 2011).

A metodologia conforme Fals Borda (2014) citado por Fontes (2021), é de que a IAP é dividida em algumas etapas, as quais passam pela inserção no campo e o estudo-ação, onde a inserção é o momento de entrada no campo (momento este em que o pesquisador identifica as demandas do grupo que participará da pesquisa) e o estudo-ação

é o momento em que pesquisador e participantes pensarão sobre as demandas levantadas, sendo discutidas de acordo com as teorias propostas para elaboração e aplicação de possíveis intervenções.

A proposta da pesquisa foi de realizar atividades de teatro onde pesquisador e participantes estariam em produção múltiplas de saberes e trocas. A participação da pesquisa foi de membros da comunidade LGBTQIA+, 7 travestigêneres, tendo como critério de seleção serem maiores de 18 anos e vinculadas ao Instituto Trans da Maré, de todas as etnias, classes, faixa etária, religiões, orientações sexuais e identidades de gênero. Após a assinatura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) por todas as participantes envolvidas, foram realizados presencialmente 6 encontros de até 2 (duas) horas onde, nestes encontros realizei alguns jogos e exercícios teatrais como preparo para o Festival Bacanalha. A expectativa era de que ao final dos encontros, para além da produção científica, fosse realizada uma apresentação dramatúrgica com os conhecimentos vivenciados e discutidos ao longo das oficinas, enquanto proposta de ação e transformação social, através da qual os participantes/residentes do Instituto Trans da Maré, a partir da apresentação do espetáculo pudessem utilizá-lo como ferramenta de mobilização da população para contribuir e colaborar financeiramente com o próprio instituto, seja através da compra dos ingressos ou de alguma outra forma a ser descoberta.

Para a realização das oficinas e construção dos caminhos metodológicos, foi utilizado o método do Teatro do Oprimido de Augusto Boal. O teatrólogo traz que o corpo responde aos estímulos que recebe e com isso cria em si mesmo, tanto engessamentos e máscaras musculares, como comportamentos sociais que agem sobre os pensamentos e emoções, diretamente, tornando-se estratificadas, alienadas e, por isso, os jogos teatrais propostos por ele facilitam e promovem a desmecanização do corpo e da mente (BOAL, 2013). Com isso, complementa o autor, deve-se conhecer o próprio corpo, pois a partir disso é capaz de torná-lo expressivo e hábil para praticar formas teatrais ajudando-o a libertar-se da condição de espectador e assumir a condição de ator, potencializando a criatividade e passando a ser sujeito protagonista e não mais objeto efeito do mundo.

Quem coordena os jogos é chamado de "coringa", que também é a pessoa responsável por promover as reflexões sobre cada vivência e experiência (BOAL, 2013). Silva e Filho (2020) elucidam a metodologia de Augusto Boal indicando que existem quatro etapas de protagonismo para o público (e nesta pesquisa os participantes)

alcançarem: conhecer as potencialidades corporais; expressividade corporal; apropriação do teatro como linguagem; e o teatro como discurso, onde o espectador-participante, como ator, traz temas específicos para debate que sente necessidade de apresentar como um espetáculo.

Partindo desta premissa, a proposta de realização das oficinas foi em blocos, cada um correspondente às etapas de protagonismo para o espectador. A aproximação aconteceu através das redes sociais de comunicação da Casa Nem, pelo WhatsApp®, onde pude ter acesso a Lohana Carla, coordenadora do Instituto Trans da Maré, marcamos uma reunião presencial e pude explicar como seria desenvolvida a pesquisa e como seria a metodologia.

A coleta de dados se deu a partir de cada encontro, onde o pesquisador pôde registrar as experiências vivenciadas em cada dia de oficina, suas percepções, e foi pedido que as participantes também fizessem registros fosse através da escrita, de audiovisual ou áudio como foi a experiência para elas, como se sentiram, bem como suas percepções também. Como análise de dados da pesquisa, foi realizada a triangulação de dados a partir dos resultados obtidos analisando com os referenciais teóricos e o registro das participantes e narrativa da liderança.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) e a coleta de dados só foi iniciada após aprovação pelo CEP e assinatura dos participantes no RCLE. Com a conclusão do estudo, uma cópia da dissertação será entregue ao Instituto Trans da Maré e os dados serão divulgados. Está também previsto um encontro com as participantes para apresentação dos resultados da pesquisa e discussão sobre possíveis encontros futuros e possibilidades de permanência das oficinas teatrais como proposta de retorno social.

CAPÍTULO 3. A INSERÇÃO NO CAMPO: O ESTUDO-AÇÃO

3.1 – Mergulho no campo

Retomando a narrativa sob a perspectiva e ótica do pesquisador, me vi no dilema de ir a um bairro que para mim, residente na cidade do Rio de Janeiro há pouco tempo, era totalmente novo e desconhecido, e com isso me vi angustiado com as inúmeras possibilidades imaginárias de situações. Decidi, inicialmente, ter um primeiro contato com o campo, tanto para conhecer o possível ambiente novo para pesquisa quanto para a comunidade também me conhecer, segundo sugestão de Lohana. Combinamos o dia e horário, ela me passou as orientações de como chegar lá e, assim, fui. Precisava pegar um ônibus que me deixasse na Passarela 06 da Avenida Brasil e de lá ir de mototáxi até o DETRAN da Baixa. Ao chegar no ponto de descida, o DETRAN da Baixa dos Sapateiros, entrei para buscar informações de onde se localizava o Instituto Trans da Maré, uma vez que nos arredores não vi nenhuma placa ou letreiro visível que me desse a certeza do local. Ao entrar no órgão público descobri ali ser o local onde se encontrava e acontecia a existência do Instituto. O guarda me indicou onde ficava a sala, subi as escadas e percebi que ali havia três salas pequenas destinadas ao Instituto Trans da Maré. Havia outras salas também, mas eram destinadas à outra OnG.

A sala onde Lohana estava parecia ter em torno de dois a quatro metros quadrados, formato retangular, e ali haviam algumas mulheres cis e travestigêneres e todas estavam ou fazendo oficinas de estética - manicure e pedicure - ou estavam recebendo os cuidados das que ali exerciam a prática de cuidado das unhas das mãos e pés. O espaço comportava algumas esculturas, cadeiras e poltronas usadas para facilitar o aprendizado, uma mesa onde continham alguns panfletos de saúde do governo e lanche. Lohana me recepcionou e me apresentou para as pessoas ali presentes, pediu que eu me apresentasse também e explicasse o motivo da minha ida, de onde eu vinha e o que era a minha pesquisa. Após isso, ficamos conversando sobre aleatoriedades, sobre questões artísticas, vivências, atravessamentos, sexualidade, fui acompanhando na maior parte do tempo escutando e fazendo algumas colocações sobre os assuntos abordados. Muito mais como um observador de fato do que alguém que interfere ativamente. Ali, haviam duas mulheres que já conheciam as garotas que ali estavam, acompanhavam a trajetória do Instituto Trans da Maré e eram produtoras culturais. Se mostraram contentes com a proposta de oficinas de teatro no ITM e falaram que haveria um edital para apresentações que estavam

organizando e ocorreria no ano seguinte (2023) e que seria interessante participar. Ali descobri também que elas quem inscreviam o ITM em editais de projetos de capacitação para arrecadação de verbas e manutenção e funcionamento do projeto. Ao final do dia, após conversarmos novamente sobre as possibilidades da oficina de teatro vinculada e para além da pesquisa, nos despedimos, segui novamente para o ponto de mototáxi, desci na Passarela 06 e de lá retornei de ônibus para o centro.

PRIMEIRO DIA NO CAMPO

Ao chegar no campo de pesquisa antes do horário previsto, fui conversar com a coordenadora a respeito da oficina, sobre o que havia pensado para o primeiro encontro, recepção e apresentação de cada uma das pessoas ali no ambiente. Organizei a sala e fiquei no aguardo das participantes chegarem, pois estavam terminando o curso de esmalteria.

Enquanto conversava com a coordenadora, ela me falou de um edital voltado para a comunidade LGBTQ+ que estava aberto e que gostaria que o Instituto participasse, pois seria também uma forma de arrecadação de fundos para a manutenção e existência da ONG, além de ser uma forma de contribuição para as participantes com o cachê. Como o edital é voltado para performances artísticas, ela solicitou apoio e ajuda na condução, inscrição e elaboração de uma performance para ser realizada com as transvestigêneres do instituto.

Após ajustes, reflexões sobre as possibilidades, a coordenadora me passou uma demanda de acolhimento psicológico (conversa) para uma das participantes do instituto, K., pois esta última estava passando por situações “barra pesada” (sic.) e tinha pedido para ajudá-la “a ocupar a mente pra não fazer besteira contra ela mesma” (sic). Para além de conversar com esta integrante, me pediu também para conversar depois com outras duas meninas que fazem parte das aulas (estas, meninas cisgênero e menores de idade), pois estavam passando por uns “problemas em casa” e por solicitação delas mesmo gostariam de conversar com um profissional que fosse psicólogo.

Consenti, afirmando que o que seria feito seria um acolhimento psicológico, escutar a demanda das integrantes e até mesmo direcionar para os órgãos necessários de atendimento referencial. Após acordo, fui organizar uma sala de auditório e fiquei no aguardo das participantes. Ao iniciar - após todas que ali estavam chegarem - me

apresentei enquanto pesquisador, ator e psicólogo, que era mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) e estudante de teatro da Escola Martins Pena. Expliquei o interesse pelo campo e de onde partiu o projeto de realização de oficinas de teatro para o Instituto.

Foram sete meninas cis e quatro mulheres trans/travestis. Após apresentação de cada uma (que nenhuma havia tido contato com o teatro anteriormente), me apresentei novamente dando um foco na área artística e contei como me interessei pelo teatro e que ali seria um espaço de descobertas, expansão da criatividade e reflexões sobre a vida e seu protagonismo em sua própria vida.

Realizei uma dinâmica de zip-zap, que consiste em bater palma para a pessoa do lado ou para outra pessoa (que no final uma do exercício, uma delas falou que parecia a vida, onde tudo que vai, volta). Após isso, conduzi como exercício o andar pelo espaço, perceber-se enquanto pessoa naquele ambiente, quais sensações percebiam ali, com os obstáculos ali presentes (carteiras, pessoas, mesa) e, em determinados momentos falava a palavra “congela”, como dispositivo de parada no movimento que estavam realizando. Após alguns minutos neste exercício encerrei a oficina (que previamente havia dito que seria curta) agradecendo a participação e presença de todas ali.

Terminada a breve oficina, a coordenadora, que também havia participado da oficina, me direcionou a uma sala mais reservada para que pudesse fazer o acolhimento com uma das travestis (conforme ela mesma se identificou para mim). Após o acolhimento de K., ela me agradeceu e disse que na próxima semana estaria presente novamente.

SEGUNDO DIA NO CAMPO

Como havia combinado com a coordenadora, cheguei cedo ao campo para realizar acolhimento com as participantes antes da realização da oficina. Encontrei uma das garotas transvestigêneres do lado de fora do DETRAN, K., e fiquei fazendo-lhe companhia enquanto aguardava a coordenadora chegar para abrir a sala. Pouco tempo depois chegou uma das meninas que também faz parte do projeto (esta moradora da Maré, cisgênero e menor de idade). Após a chegada de Lohana, fomos para a sala e, conforme chegaram as demais garotas do projeto, foram executando a oficina de esmalteria. Faltando 30 minutos para a hora proposta para a oficina de teatro, Lohana me pediu para

que pudesse conversar com K. (mesma garota que encontrei do lado de fora e fiz companhia). E assim o fiz. Fomos para uma sala reservada e iniciei o acolhimento perguntando como ela chegava ali naquele espaço. A partir disso fomos conversando sobre suas vivências, insatisfações, frustrações e perspectivas de vida, conforme escutava sua narrativa eu pontuava as potencialidades que ali haviam em seu desejo e perspectiva. Pedi que desenhasse uma árvore. Sugeri que imaginasse que se ela fosse uma árvore, como ela seria. A partir desse pedido, K. foi desenhando e, após finalizar, fomos pensando no que era necessário para uma árvore existir. Aos poucos fomos chegando no lugar de poda e adubo: quais as partes dessa árvore que poderia ser podadas (retirados os excessos que não faziam bem de acordo com sua visão) e o que servia como adubo (fossem pessoas, coisas, atividades, objetos, ações que ajudavam a melhorar a sua visão sobre si e promoviam a autovalorização). Após essa atividade, sugeri que desenhasse uma flor, e como ela gostaria que fosse. Depois de algumas reflexões, por iniciativa, K. me pediu pra encerrar o acolhimento, pois havia muito sobre o que pensar. Com isso demos por encerrado, e voltamos para a sala onde estava acontecendo a oficina de esmalteria.

Lohana me falou que uma das meninas (garota cis e moradoras da Maré) gostariam de conversar comigo. Aqui abreviarei esta como T., que ao chegarmos na sala reservada, me disse que não sabia o que falar nem por onde começar. Perguntei-lhe como estava se sentindo ali naquele momento e, a partir disso, fomos chegando a algumas banalidades e alguns conflitos pessoais que a angustiavam. Fui conduzindo o acolhimento, ora perguntando algo a partir do fenômeno que surgia, ora apenas escutando o que ela me trazia em sua bagagem de vida. Se emocionou ao se dar conta do que trazia e, diante da sua narrativa, sugeri que pensasse em como ela estava após tudo que havia trazido ali naquele encontro. T. me disse que se sentia um pouco mais leve, menos pesada de como havia entrado e, após verbalizar rindo que havia dito muita coisa, encerramos o momento de acolhimento.

Ao retornar para a sala, já havia dado o horário proposto para a oficina, já há algum tempo, mas as alunas ainda não haviam encerrado por completo seus aprendizados na aula de esmalteria. O que pude perceber é que em alguns momentos, enquanto estavam na oficina, alguns comentários feitos nas conversas das próprias transvestigêneres soavam como farpas ao passo de como eram respondidos umas pelas outras, ora teciam comentários voltados à aparência mais ou menos feminina, ora comentavam sobre os comportamentos e escolhas deliberadas sobre a vida umas das outras. Depois de um

tempo, sugeri que, ao invés de realizar a oficina de teatro, conversássemos sobre o Festival Bacanalha (apresentado no capítulo VII de forma detalhada) que Lohana havia solicitado ajuda para inscrição e realização da performance com as travestigêneres do projeto. Assim, nos reunimos numa sala mais espaçosa, que havia sido disponibilizada também para o Instituto Trans da Maré, e fui conduzindo sobre as regras do edital, condições, valor de premiação caso seja selecionada a cena e fomos descobrindo juntas as estratégias para a realização e execução. No total presente, eram três participantes: S., K. e N. (além de Lohana, coordenadora). Cada uma vinha trazendo suas ideias e sugestões ao passo que fui recebendo e compartilhando junto com elas, deixando a minha contribuição. Ao final, chegamos a este resultado:

“A performance traz como proposta a reflexão crítica a respeito do estigma que é tido sobre as corporalidades transvestigêneres. Em cena, cinco travestis performam um olhar social sobre seus corpos e corpos. O olhar estereotipado sobre suas subjetividades, demarcadas pela marginalização e pelas barreiras da democratização de acessos, onde a prostituição é vista socialmente como única fonte de recursos financeiros e possibilidade de sobrevivência em decorrência da exclusão social.

Em contrapartida, fazendo um paralelo a essa estrutura, performam também seus desejos, suas vontades, suas subversões e sonhos. Trazem a perspectiva de outras possibilidades e realidades para si, abordando rupturas do cis-tema sobre suas corporalidades e trazem suas potências e anseios demarcando que tem muito a ser visto, que podem e vão ocupar os espaços que quiserem.

Para a performance, serão apresentadas duas propostas de elementos cênicos: a primeira trazendo referência a um cabaré, fazendo a correlação com o prostituir-se; e a segunda proposta serão elementos cênicos e acessórios trazidos pelas próprias artistas que se relacionam com outras possibilidades de ocupação/profissão que já exercem, desejam ou desejariam exercer.

Com duração de 15 minutos, as cinco artistas utilizarão suas corporalidades para execução da performance, trazendo como elementos cênicos figurinos, acessórios e objetos que irão fazer referência aos dois ambientes (cabaré e outra realidade). A proposta de figurino 1 é de roupas curtas, que valorizam seus contornos e sensualidades. Já a proposta de figurino 2 serão roupas formais, jalecos, fardas ou customizações que tragam

referência a outras profissões como desejadas ou exercidas pelas artistas. Além disso, a sonoplastia contribuirá para a execução da performance ora dançada, ora falada. Com isso, a inscrição será na categoria financiada, tanto para custos de logística e figurino, quanto para o pagamento de cachê das artistas.”

Ao final deste encontro, me despedi das presentes informando que faria a inscrição no festival e segui em meu retorno ao centro. Ali elas foram começando a trazer imagens sobre como seria no dia da apresentação, como elas estariam vestidas e o quanto seriam prestigiadas pelo público.

PASSAGEM DE TEMPO

Devido a alguns contratempos (jogos da seleção na copa do mundo, festividades de final de ano, particularidades com o tempo) não tivemos outros encontros ao longo do ano. Em contrapartida, conforme havia combinado e descrito acima, foi feita a inscrição da performance no Festival Bacanalha e, no dia 03/01/2023 tive o retorno de que havia sido selecionada e, não somente, seria premiação de participação. Com isso, passamos a destinar as oficinas para o preparo da apresentação do Festival que aconteceu em 03 e 04 de fevereiro de 2023.

O primeiro encontro que tivemos para realizar o ensaio aconteceu no Palco Lapa/Kuzinha Nem, no dia 17 de janeiro. Me encontrei com Lohana (coordenadora do ITM), C., A.D., S., L.G., A.C. e K., que seriam as integrantes do grupo para a realização da cena/performance. Destas, as únicas que já conhecia de lá do próprio Instituto eram S. e K.. As demais já passaram pelo ITM ou não tinham uma frequência tão assídua. Sentamos na mesa e fui novamente explicando quais eram as propostas, do que se tratava o festival com mais detalhes (uma vez que haviam pessoas novas integrando o grupo a partir daquele dia), e trazendo lembranças da proposta de cena que havia sido acordada anteriormente. Novamente houve uma rodada de ideias, propostas e sugestões e, após isso, sugeri que todas se levantassem. Assim iniciamos as atividades corporais acentuando que a qualquer momento elas poderiam deixar de fazer qualquer exercício que propunha caso não se sentissem confortáveis.

Inicialmente propus alongamento dos corpos, uma vez que seria o material de instrumento da performance. O alongamento foi realizado com música ambientalizada de modo a propor não somente um relaxamento, mas também estimular um bom

aproveitamento da mobilidade corporal. Após isso, sugeri caminhar pelo espaço permitindo movimentos corporais de acordo com o que sentisse vontade a partir da música tocada. Segui com o jogo teatral de desmecanização do corpo, técnica do Teatro do Oprimido.

Foi feito o pedido para andar pelo espaço e para parar, ambos sendo atendidos conforme solicitados. Foi combinado que ao se ouvir a palavra “anda” as participantes caminhariam pelo ambiente e ao ouvir a palavra “para” congelariam o movimento. Após alguns momentos, dada a familiaridade do exercício, foi combinado que ao ouvir o comando “parar” deveriam caminhar e ao ouvir o comando “andar” deveriam congelar o movimento. Depois de um momento de adaptação destes comandos, sempre com o condutor alternando entre as ações combinadas, foram acrescentados os comandos “pula” e “se abaixa”, os quais deveriam ser realizados somado aos comandos anteriores (“para” para caminhar e “anda” para congelar o movimento). Novamente após uma familiarização dos comandos, foi feita uma nova adaptação: ao ouvir “pula” deveriam se abaixar e ao ouvir “se abaixa” deveriam pular. Estes novos comandos somados aos comandos anteriores já combinados. Após nova adaptação, foram combinados mais dois comandos: “grita”, devendo emitir um som alto; e “seu nome”, devendo pronunciar seu nome. Novamente, nova rodada de familiarização, e após isso foi feita a troca dos comandos, nos quais ao ouvir o comando “grita” deveriam falar o próprio nome e ao ouvir o comando “seu nome” deveriam emitir um som alto.

Após deixar novo espaço de tempo para adaptação, sempre comigo, no papel de instrutor evocando os comandos, solicitei que congelassem o movimento que estavam executando e propus que pudessem perceber inicialmente como foi o exercício, abrindo espaço para compartilhar a vivência, falando como se sentiram e o que perceberam. Ali algumas disseram que foi divertido, outras que foi confuso tentar mudar os comandos e se adaptar ao que surgia, mas que estavam gostando do que acontecia.

Finalizado este exercício, iniciei um novo que era de sensibilização. Solicitei às participantes que andassem pelo ambiente de forma aleatória preenchendo os espaços vazios. Pedi para que pudessem ir percebendo a forma como andavam, como se moviam, a forma como respiravam, a postura, como percebiam a roupa junto ao corpo. Com um som de ondas ao fundo, pedi que começassem a dar abertura para a imaginação. Para que pudessem caminhar e imaginar que não estavam mais naquele ambiente, mas sim numa

praia e, naquele momento, pisando na areia. Propus que percebessem que sensação tinham ao imaginar isso. Como era pisar nesta areia? Qual a temperatura e a textura? Sempre ao perguntar lembrava-as que se não quisessem não seria necessário responder e que poderiam apenas sentir o exercício através dos comandos. Pedi para imaginar como seria pisar na areia sentindo a água bater nos pés ao caminhar e, como perguntas disparadoras, questionei qual era a sensação da água batendo nos pés, a temperatura, velocidade, intensidade e como queriam andar naquele momento. Lentamente, fui adicionando mais imagens ao exercício, da água subindo lentamente os pés, joelhos, pernas, cintura, barriga, tórax, pescoço, boca, nariz, olhos e cabeça, sempre lentamente dando espaço para experimentarem o exercício. Sempre, a cada parte que era coberta pela água, perguntava como era a sensação, como que se andava com a água ali, como elas se percebiam, como respiravam, qual temperatura a água tinha, como se moviam. Da mesma forma, propus um retorno do ápice do exercício (água na cabeça) até o ponto baixo (pisando na areia), e questionando como era agora sentir tudo isso a cada vez que o nível da água baixava.

Ao final, elas pediram para falar. Algumas trouxeram que se sentiram leve, que tinha sido ótimo sentir a água do mar, que havia conseguido relaxar durante o exercício. Outra, K., trouxe que foi angustiante o exercício, pois aquilo a fez lembrar de uma vez em que havia chovido muito e a água da chuva havia invadido sua casa até a metade das paredes, de modo que ela ficou com a água no pescoço. Disse que até hoje as paredes ainda continham a marca do nível da água. Perguntei-lhe como foi para ela não ter interrompido o exercício e, como retorno, ela me disse que “não queria atrapalhar” (sic.) e que “ali ela sabia que era faz-de-conta, só minha imaginação e eu pude vencer esse momento”.

Ao terminar os compartilhamentos, pedi que fechassem os olhos para um momento de relaxamento e que dissessem qualquer palavra que viesse à cabeça sobre o que acharam da aula ou que as marcaram do encontro. Uma a uma, algumas com vergonha, outras mais espontâneas, foram falando palavras que faziam sentido para elas. Ao final agradei o encontro e combinamos de criar um grupo no whatsapp para que pudessemos nos organizar diante dos próximos encontros.

O segundo encontro estava previsto para acontecer também num sábado de chuva no Palco Lapa às 18 horas. Havia chegado com antecedência, porém o local estava fechado. Mandeí mensagem no whatsapp para Lohana, que já havia informado que não

poderia ir, perguntando-lhe se eu procurava por alguém específico ou se só aguardava. Obtive o retorno de que poderia procurar por uma das garotas que trabalhava no estabelecimento. Entretanto não tive sucesso. Decidi aguardar pela chegada das participantes da oficina. Após um determinado momento, A.D. havia chegado e ficamos do lado de fora, na marquise de um prédio em frente ao Palco Lapa aguardando as demais participantes. Após um bom tempo de espera, enquanto conversava com A.D. o estabelecimento foi aberto pelo marido de Indianarae e, como A.D. o conhecia, fomos nos abrigar da chuva lá dentro, já que seria mesmo o nosso local de aula. Ficamos mais um tempo aguardando até que o marido de Indianarae nos avisou que precisaria fechar o estabelecimento em decorrência de sua esposa, que estava dois andares acima no prédio, não estava bem e ele precisaria dar atenção a ela. Com isso, fomos embora e avisei no grupo que não tínhamos mais espaço para que a aula pudesse ser feita.

O terceiro encontro ocorreu na quarta-feira seguinte no próprio Instituto, na Maré. Lá pude conhecer R., que também faria parte do processo, porém não havíamos sido apresentados. R., que também era atriz e cabeleireira, havia sido convidada por Lohana para participar das aulas e do Festival Bacanilha. Neste mesmo dia, acontecia a retomada das atividades do Instituto Trans da Maré que encontrava-se de recesso de fim de ano e, após ter sido apresentado como voluntário do projeto e professor de teatro, reuni as participantes que ali estavam e fomos para outra sala para darmos sequência à aula. Neste dia, contei com a presença de R., A.C., L.G., e S.

Iniciamos o encontro com alongamento dos corpos e, após isso, como seria mais breve o encontro em decorrência do horário, fomos trabalhando o corpo para o espaço. Com uma música ao fundo, pedi que andassem pelo espaço percebendo seu organismo, como estavam, o que sentiam e como era perceber isso. Após finalizar esta etapa, pedi para que fizessem jogo de espelho: em dupla, uma de frente para a outra, estabeleceriam quem seria a pessoa e quem seria o reflexo e, com isso, o movimento que uma fizesse deveria ser executado pela outra, e depois deveriam trocar, quem era reflexo passava a ser pessoa e vice-versa. Depois de um tempo, pedi que se afastassem, mas permanecessem ainda em dupla, e executassem uma caminhada em marcha lenta até o centro, onde as duplas se encontrariam. Desta vez, não haveria decisão de quem iria primeiro, somente, pelo olhar, iniciariam o movimento juntas e terminariam juntas.

Passada a etapa, em círculo, passamos ao exercício de voz, iniciando com alongamento e relaxamento facial, e com o exercício de articulação com as frases “o caricaturista caricaturou a caricatura do caricaturado que caricaturou a caricatura do caricaturista” e “o papa não papa papa, o papa não papa pão, se o papa papasse papa seria um papa papão”.

Neste dia, os exercícios foram mais demorados de execução por conta de alguns contratempos que aconteceram durante a oficina. L.G. e S. aparentemente estavam sob efeito de alguma droga para que pudessem estar “acordadas” para participar da oficina, diante de uma noite “virada” e, com isso, ficavam dispersas muito rapidamente de modo que não prestavam atenção nas informações passadas dos exercícios. Outro momento que ocorreu foi de desabafo e compartilhamento de uso de hormônios em quantidade a partir de S. ter pegado uma cartela com vários comprimidos de hormônio e ingerido numa única vez alegando que assim seria mais rápido o processo de transição. Com isso, fomos fazendo acolhimento em conjunto, uma vez que R. foi trazendo quais as consequências do uso abusivo de medicações e sem acompanhamento médico adequado. Perguntei a S. se era de seu conhecimento os riscos que o remédio em altas dosagens poderia provocar em seu organismo, e ela me disse que já estava acostumada e que não era problema, já que fazia tempo que ela fazia isso e começou a partir de L.G. (sua namorada), a qual se defendeu informando que não fazia mais isso. O debate sobre medicação acabou levando ao ponto sobre passabilidade¹⁰ e sobre transfobia no cárcere, ao qual L.G. disse que não sofreu transfobia quando esteve numa penitenciária e que era mentira quando diziam que travestis eram humilhadas ou sofriam preconceito no cárcere ou em qualquer lugar. Neste momento, R. trouxe que a experiência dela era individual e que não podia dizer por todas, que transfobia existia sim e matava não somente fisicamente, mas psicologicamente também as mulheres trans e travestis.

O quarto encontro ocorreu no Palco Lapa e, lá, pudemos dar um contorno maior sobre o que seria feito no festival. Iniciei a aula com alongamento, pedindo primeiro que todas espreguiçassem o corpo para “acordá-lo” para os exercícios. Após isso propus um jogo de movimentos ritmados: com uma música ao fundo, pedi que movimentassem e dançassem somente com a parte do corpo que havia combinado, começando com a mão

¹⁰ Termo cunhado em detrimento do quanto mais uma pessoa trans expressa aparência de uma pessoa cisgênero.

(só poderia dançar a música movendo a mão), depois somente o braço, depois somente a cabeça, e somente a barriga, perna, braço direito e perna esquerda, pescoço e pé e por fim o corpo todo poderia ser movimentado para dançar conforme as músicas ao fundo. Após isso, novamente fiz o exercício de zip-zap (que consiste em bater palma direcionada para a pessoa do lado ou para outra pessoa da roda) e, por fim exercício vocal pedindo para inspirar fundo e soltar o ar emitindo som das letras z, s, x, v, f e m a cada minuto uma de cada vez. Daí, parti para a parte mais direcionada para o festival que foi propor para que garotas pensassem nas seguintes perguntas disparadoras: o que você quer/poderia ser/fazer?; o que/quem te inspira? - quais suas referências?; o que você sonha/deseja pra você?

Pensando na última pergunta (o que sonham para elas mesmas), pedi para que deixassem o corpo livre para criação de partituras corporais (movimentos) que representassem esse sonho. Deixei uma música mais calma rolando ao fundo e pedi para que explorassem esses movimentos a partir do proposto. Ao terminar o exercício perguntei se queriam falar alguma coisa, de como foi para elas, como se sentiram ao realizar essa investigação e, a partir daí foram compartilhando suas vivências de mundo, como percebiam as suas lutas, as dificuldades e até os medos que permeavam. Trouxeram novamente sobre a passabilidade, do quanto poderiam estar neste lugar, mas eram rejeitadas ao informar sua identidade a algum parceiro, os enfrentamentos familiares a respeito das suas corporalidades e como percebiam a sociedade olhando para elas, o apagamento também de suas identidades trans quando eram chamadas de “veados” ou qualquer nome pejorativo de invalidação delas.

A partir desta conversa, propus que cada uma dissesse a sua percepção sobre o olhar que a sociedade tem ou dizem sobre elas e sobre corporalidades transvestigêneres. Pedi que fosse dito uma única palavra de cada vez e ao perguntar a L.G. ela soltou uma gargalhada a qual disse ser nervoso, mas que outra participante (C.) falou que “basicamente é isso que a sociedade faz, né? Olham pra gente e ri na nossa cara” (sic.). Tomadas por este fenômeno espontâneo, uma a uma foram trazendo palavras e frases das quais faziam parte das suas vivências e aqui destaco as seguintes: humilhação; ilusões; você não tá conseguindo; transfobia; sobreviver a um labirinto; rejeição; a gente é muito pisada, a gente é muito humilhada, a gente é muito massacrada; o medo da travesti é depender da casa de alguém; tenho medo da minha avó morrer; a sociedade tá criticando,

foda-se; resistência própria; tem que ser forte; desamor; desafeto; sexualização; fetichização.

Em contraponto, pedi que dissessem coisas positivas e das surgiram imediatamente foram “eu tenho onde morar” e “amo ser trans”. A partir destas duas únicas novamente foi retomado o debate sobre suas vivências, desta vez de forma acolhedora e positiva, falando do quanto se sentiam bem podendo ser elas mesmas, dos apoios que tiveram. Uma delas compartilhou que está com o marido há mais de 10 anos e que haviam iniciado a relação antes do seu processo de transição e pôde contar muito com ele neste período. “Ele disse que já sabia que eu era trans e falou que gostava de mim assim mesmo que não tinha mudado nada” (sic., R.) Passaram a falar também das conquistas que tiveram e se fortalecendo nestas narrativas trazendo acolhimento de que mesmo que não tenham chegado ainda onde querem, conseguiram sobreviver e alcançar coisas. Após este momento, elas mesmas foram trazendo possibilidades para a construção da cena e citando nomes de travestis e mulheres trans que tinham como referência e eram inspiração para elas. Foram elas: Ariadna Ribeiro (doutora em pedagogia e pesquisadora), Luisa Marilac (comunicadora, escritora e ativista), Rogéria (atriz e maquiadora), Glamour Garcia (atriz), Luana Muniz (ativista e prostituta), Indianarae Siqueira (ativista e pute), Patrícia Araújo (atriz), Lohana Carla (ativista), Roberta Close (socialite, ex-atriz, ex-modelo), Érika Hilton (deputada federal SP), Dani Balbi (deputada estadual RJ, professora e roteirista), Duda Salabert (deputada federal BH e professora), Gilmaria Cunha (ativista), Nanny People (atriz e humorista), Linn da Quebrada (cantora-compositora e atriz) e Bixarte (escritora, poetisa, rapper e atriz).

Desta forma, fomos costurando a performance e dando um contorno de como seria o início, o desenvolvimento e a finalização. Em acordo coletivo, chegaram à conclusão de iniciar a partir das palavras e ações negativas e concluir com as referências de pessoas trans e travestis.

No quinto encontro, que ocorreu no Palco Lapa, tivemos um imprevisto de uso do espaço: este encontrava-se reservado como ponto de apoio e jantar para uma produtora de filmes que locaram o ambiente. Com isso, tivemos que nos adaptar. Conversei com a produtora que ali se encontrava e ela me cedeu um espaço que ficava no prédio em frente ao Palco Lapa. Tratava-se de um conjugado de 24m², aproximadamente, que dispunha de dois beliches e, no pouco espaço que tínhamos, o utilizamos para realização da oficina,

que nesta altura chamarei de ensaio da performance em construção. Começamos fazendo aquecimento das vozes com alguns exercícios aqui já mencionados, e exercícios de respiração. Após isso, distribuí papéis e canetas entre elas e propus o seguinte exercício: pensando nelas mesmas, pedi que escrevessem o que gostariam de ser ou fazer; após isso, o que elas desejavam para elas mesmas, para as suas vidas; e depois pedi que escrevessem o que desejavam para outras pessoas trans. Ao final, fomos revivendo o que foi feito no último encontro e, com isso, começamos a construir o roteiro da performance, as entradas e saídas, as partituras de movimentos corporais, as falas e, com as anotações do exercício anterior, deixei-as livre para que usassem e lêssem o escrito. Finalizamos a oficina com o jantar a convite da produtora que havia cedido o espaço para o ensaio.

O último encontro aconteceu no Instituto Trans da Maré, a um dia da apresentação do festival Bacanalha. Três, das sete participantes, compareceram e pudemos ensaiar. Duas delas não puderam se fazer presentes no encontro anterior, então contei com a ajuda de R. no desenrolar e na transmissão de informações. Foram construindo mais elementos para agregar à cena, de interação com o público inclusive. Em decorrência do horário de fechamento do prédio, tivemos que encerrar o ensaio e combinamos os ajustes em relação ao horário de chegada no dia seguinte ao local do evento.

3.2 – Instituto Trans da Maré – Narrativas da Liderança

Num dos encontros que tive com Lohana, pude fazer algumas perguntas sobre o Instituto Trans da Maré, como se deu seu surgimento, como chegou ao espaço que está hoje (dentro de uma instituição pública, DETRAN), quais os desdobramentos que ela percebe no atual espaço e como é estar em posição de liderança. Abaixo segue a entrevista e áudio, com discussão e análise no segundo tópico do capítulo quatro:

Pesquisador: É... só aproveitar que você está aqui. Queria te fazer algumas perguntas, eu queria saber se eu posso gravar, se autoriza...

Lohana: Pode... Autorizo!

Pesquisador: Pronto! Só para questões burocráticas, mesmo que faz parte!

Lohana: Isso!

Pesquisador: Eu queria saber de você, como é que foi que surgiu o Instituto?

Lohana: O Instituto Trans só surgiu junto com a meu ativismo, foi junto com ativismo que ele surgiu. Surgiu, tipo assim: eu comecei a trabalhar com a Indianarae Siqueira, numa campanha, aí a gente fizemos um... por eu conhecer muitas meninas trans, a gente fizemos um grupo com as meninas e começaram a trabalhar e de lá começamos conversando com elas, aí a gente viu muito, eu vi muitas demandas delas aqui na comunidade onde eu moro, na Maré. Aí eu peguei e... pensei, né, que como que eu também poderia ajudar essas meninas... ajudar elas. Aí a gente tava na pandemia e elas não conseguiam também receber cesta básica. Foi o grande problema da gente... Era o problema da cesta básica, porque aonde dava era na associação de moradores, algumas meninas não conseguiam pegar, e na igreja os evangélicos não davam pra elas. Aí, foi aí um momento que eu tive de fazer uma... de iniciar alguma coisa para ajudar essas meninas. Aí, depois da campanha eu ia acabar com o grupo, ainda comentei com a Indianarae, falei, “ah, como ela começou, vou acabar”. Ela falou assim: não vamos tentar ajudar as meninas, no que você já me passou, porque eu já tinha passado essa demanda para ela, se ela não podia ajudar essas meninas na cesta básica. Foi aí que a gente começou a fazer reuniões e começamos... comecei a alimentar essas meninas com cesta básica. Aí foi aí que surgiu o Instituto Trans da Maré. A gente não tinha local...

P: É isso, quer perguntar. Começou lá no Detran mesmo?

L: Não começou no Detran, começou dentro da minha casa e tudo o que a gente foi fazendo, foi tudo lá dentro de casa.

P: E como é que foi que vocês chegaram no Detran?

L: Muita briga com muita confusão, muito... pedir, insistir ao Estado, que é o núcleo de... É... o Rio sem homofobia. É o... o Rio sem homofobia. Agora é Rio sem... o Rio sem LGBTfobia. Entendeu? Então foram eles que nos ajudaram a ter aquela sala ali do estado.

P: Como que é para vocês ocuparem aquelas salas? Que acho interessante justamente isso, porque é de um órgão público, né? Achei interessante quando você tinha me dado a localização, a primeira coisa que aconteceu foi eu chegar lá na frente do Detran e ficar olhando cima... pra tudo quanto é canto. “Onde é que tá o nome escrito Instituto Trans da Maré?” É... tô aqui no órgão público, vou perguntar, né? Quando eu perguntei o rapaz “não é só subir a escada” Eu “ah, é aqui dentro”... É que você tinha falado, mas eu não tinha conseguido entender. E eu fiquei me perguntando até como que é para vocês ocuparem aquele espaço? Como é hoje? Como é que foi no início também?

L: Hoje é muito... Foi muito interessante... foi, é uma coisa meio histórica, né? As travestis sempre ocupando agora os seus espaços na sociedade e ocupar um espaço do Estado, eu acho que é um... uma dádiva, é uma coisa inédita, uma coisa, acho que...

P: Tem um significado, assim...

L: Tem um significado, é uma coisa que é... para quem corre atrás, né? Para quem está na luta mesmo na correria, porque, tipo assim, ocupar um espaço do estado numa sociedade totalmente machista, homofóbica, transfóbica e dentro de uma comunidade? Não é só ser do estado, é ser do estado e você entrar dentro do estado, dentro da comunidade e você fazer o teu trabalho e ser respeitada, ali dentro. Acho que isso foi tudo um conjunto que dá força pra gente seguir cada vez mais em frente.

P: E nesse sentido de dar força, né? É... Como é que você percebe que é para vocês lidarem... tanto é... eu não sei como é que é a relação de vocês na comunidade, como que a comunidade olha para vocês e recebe vocês e como esse órgão, que é o Detran,

acaba recebendo e acolhendo vocês também? Se vocês percebem que teve... que teve ou tem algum traço de... de alguma relação de poder, de alguma hierarquia, de “ah, só pode a partir de tal pessoa ou só pode...” se coloca alguns empecilhos, algumas barreiras, sabe? De... de algum nível hierárquico de relação de poder?

L: Para mim, eu acho que não. Para mim, você tem que saber trabalhar dentro da comunidade, entendeu? Porque eu já trabalhava ali dentro com as meninas, dentro da minha casa. Então nós só mudamos de lugar, entendeu? E ali no Detran eu agradeço muito, que tipo assim... as pessoas de lá são maravilhosas, tanto os seguranças quanto a gestora de lá... Não tive nunca nenhum problema com ela, nem muito menos com as meninas que participam de lá. Quando foi maravilhoso o espaço. A gente quer... Construir mais lá dentro, né? É... ajeitar as sala, falta as mobília, né? Os móveis para abrir mais cursos para a comunidade em si. Poder participar mais com as trans ali dentro.

P: Numa das vezes que eu fui lá, tanto tinha as meninas cis, são da comunidade, né? Mas também tinha as meninas, trans, tanto as travestis, as transgêneros. A maior quantidade de pessoas que o instituto abrange é mais pessoas trans, travestis ou é mais pessoas cis?

L: É mais travestis e trans. Foi nesse começo que foi mesmo para travestis e trans. Só que quando a gente chega dando de um público e começa a falar aqui ali tem um curso e o curso é gratuito, as pessoas começam a procurar e querem ter. Aí foi aí que a gente acabou abrindo a vaga do curso para as mulheres cis.

P: E como é que são para as meninas do instituto, as travestis, as trans lidarem com as meninas cis?

L: É maravilhoso. Eu acho que elas são muito mente aberta e elas às vezes me surpreende, as atitudes das meninas, as meninas cis. Eu acho que elas às vezes me surpreendem, porque eu acho que eu sou um tipo de pessoa que eu gosto de aprender com cada uma pessoas que eu convivo. Eu acho que até as meninas... É... ele de menor... É... até as meninas que não são muito experientes, elas me ensinam. Tem uma menina lá que eu acho aquela menina... Ela é babado... Tem uma garota lá que, nossa, eu olho para ela, eu acho ela muito atrevida. Ela.. acho ela muito determinada no que ela fala. Então ela acaba ensinando e ela, e quando eu abro o curso para elas eu vou conversar com elas que aquele espaço são de mulheres trans e ali dentro não pode ter preconceito, discriminação, elas fala assim, mas eu escuto delas falando assim “que da parte da gente e é entre a gente

nunca vai ter isso”. Então eu acho que essa sociedade que tá nascendo tá melhor do que a que está.

P: Uma geração que tá com o pé na porta, dando na cara da gente, da geração antiga.

L: É mas que a geração que está entrando, que tá nascendo, que ela está vindo para a Terra, ela tão brotando, elas brotam... Eu acho elas mais... assim, mente aberta em aceitar tudo do que as que já estão aí.

P: E como que pro Instituto existir hoje? Tu... você tinha falado antes que era a partir dos editais, né?

L: É, dos editais, a gente não ganha nada governamental, mesmo a gente estando num espaço que é do governo, que é do estado, a gente não ganha nada de lá. Surge tudo da nossa correria, ou é pedir, ou é fazer campanha na internet ou é correndo atrás dos editais. Não temos nada, assim, fixo.

P: E o que é que tu pensa pro Instituto? Qual a tua expectativa para ele?

L: Ah eu... Esse ano, o evento...

P: Fiz uma pergunta bem atrevida e ousada (risos)

L: É.. esse ano, é... A gente já tem já... Esse ano é muita coisa, né? Que a gente.. eu já tenho na mente, né? Porque eu... a minha mente... sempre quando eu vou dormir ou acordo, eu penso em alguma coisa... aí eu penso em inventar... concluir aquele plano que a gente planejou muita coisa pra esse ano. Muitas novidade e tipo assim, não adianta muito falar e a gente não tentar concluir... Entendeu? Então, a gente tá com muito planos de fazer... Abrir o salão, para abrir o de cabeleireiros, o de manicure já está funcionando, mas dar uma ajustada nele. Abriu o de depilação, vem aí coisa pra ENCEJA, para as meninas que ainda não terminou ainda seu estudo, aí tem as aulas de teatro que a gente vai ainda ampliar mais e poder ter essas meninas. E... vai ter também as meninas que querem entrar na faculdade. E fora outros projetos que a gente está aí com os planos para botar em prática.

P: Só aproveitar uma última pergunta que me veio aqui em mente, você falou das oficinas de teatro, que é que tu tá achando dessa proposta das oficinas? Que é que você achou também desse encontro que teve hoje da oficina?

L: Não, eu achei que.. A proposta da oficina de teatro eu achei no começo muito boa, principalmente para as meninas trans, que era um momento que elas tão atravessando na vida delas de dificuldades. Tanto um emocional, tanto... em tudo na vida delas, a saúde dela mentais não estavam boa, entendeu? Aí vim com esse apoio seu... De vir com essas aulas, de poder conversar com essas meninas, é porque... cada vez mais essas meninas ter uma apoio e ter alguém... É a melhor coisa que eu preciso, porque às vezes nem eu só posso dar conta. Entendeu? É muito bom ter uma ajuda a mais nisso. Entendeu? Porque o meu maior medo é a saúde mental dessas meninas. O uso delas... É, elas ainda não ter profissão. Delas ainda está na rua. As violenta... As violentas... As via... As... As violências que elas passa na rua, então isso tudo acaba abalando essa mulher trans. Então eu acho quando veio o teatro, ajuda elas. Entendeu? Aliviar um pouco da dor. Como chega as meninas que já falaram que tavam com algum problema em casa, veio para a aula de teatro e se sentiu melhor, entendeu? E você, vamos ver porque, tipo assim, A gente não tá observando direito, mas a K. deu uma melhorada, até no estado dela físico, dela se cuidar, dela se arrumar, ela tá melhor, do quando a gente pegamos. Então isso que dá vontade de continuar trabalhando, entendeu? Essa vontade de tipo assim, mostrar pra essa mulher trans que ela tem outro caminho, que ela tem outras pessoas, que ela não está sozinha, que tem pessoas que está junto com ela, porque é muito ruim quando a mulher trans, ela se sente assim “ah, eu sou trans, minha família não me aceita, não tenho namorado, não tenho nada, a vida tá uma merda, é só os cliente, as maricona” E isso, a vida dela acabara na bebida, na droga, entendeu? E quando isso tudo acaba, ela tá dentro de casa, ela está sozinha de novo, ela está sofrendo... Ela está no manque, ela não tem o que comer, é bom mostrar pra essa mulher trans que ela não está sozinha. Entendeu? Que a gente tamos com elas, entendeu? Isso que é mais importante. Que bom, né?

P: Ah é isso? São as perguntas que eu pensei aqui nesse momento, quando a gente foi conversando, foi mais isso! Obrigado!

L: De nada!

P: Vou encerrar, então.

CAPÍTULO 4. ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES

Ressalto que a construção desse capítulo partiu não só da minha narrativa enquanto pesquisador, mas também como ator e agente da cultura, que encontrava-se comprometido com a pesquisa, com as participantes e com o festival e sua produção.

4.1 – O Festival Bacanalha

O festival Bacanalha, foi aprovado através da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC) pelo edital de chamada emergencial “Retomada Cultural RJ 2” e realizado pela Meduza Produções. Como qualquer edital de incentivo à cultura, teve o seu período de inscrições abertas, critérios de seleção - este era voltado exclusivamente para a comunidade LGBTQ+ - e regulamento contendo todas as informações pertinentes para a sua participação e, inclusive, premiação que variava de acordo com a quantidade de pessoas inscritas no grupo podendo chegar ao teto de 800 reais por grupo. O edital completo poderá ser visto no Anexo da pesquisa.

O festival estava agendado para que ocorresse nos dias 03 e 04/02 (sexta-feira e sábado, respectivamente) com as apresentações das performances; e no dia 11/02 (sábado) com a premiação das cenas apresentadas. No dia 16/01 (quarta-feira) foi realizada a visita técnica do espaço, que aconteceu no Espaço Sideral - Motocerva, na Rua do Resende, nº 16, onde, juntamente com as participantes, fomos ao local para tomar conhecimento do espaço, sua dimensão e pensar como seria realizada a proposta naquele ambiente. Passada a visita, aqui saltarei para o dia exato de apresentação, uma vez que dentro desse período ocorreram os encontros e ensaios já detalhados no capítulo anterior.

O acordo feito com a produtora do evento (Medusa Produções), era que os grupos chegassem ao local por volta das 15h para que pudesse ser feito a passagem de som e luz, um ensaio geral e, após isso, às 17h, todos seguissem para o Hotel Selina, que em contrapartida havia cedido dois quartos como funcionamento de camarins, com direito a *catering* (lanche). Como qualquer produtora, programaram uma média de tempo em caso de imprevistos. Com isso, passadas as informações e acordadas com o grupo (que chamamos de Resistência T em decorrência do nome da performance), cheguei ao espaço às 15:20 e fiquei aguardando a chegada das meninas. Íamos conversando pelo WhatsApp como forma de noção do tempo que demorariam para chegar ao local e a partir deste

ponto iniciaram os imprevistos. Das sete participantes, apenas 4 tinham celular disponível para comunicação e cada uma morava em uma região diferente da cidade, com exceção de L.G., S. e A.C. que moravam juntas e o contato com elas era através de L.G.

O tempo foi passando e em torno de 16h e 17h chegaram A.D. e C. que ficaram no espaço aguardando a chegada das demais para que pudesse ser feita a passagem técnica de som e luz. Nesse período consegui falar com L.G. por ligação e fui informado por ela que estavam a caminho (L.G., S. e A.C.). Por volta das 18h, K. chegou (uma das que não havia possibilidade de comunicação direta por não possuir celular) e ficamos aguardando juntamente com a produção as demais. Outros grupos que também apresentariam naquela noite haviam passado já pelo espaço e seguido para o camarim no Hotel Selina para se prepararem para o festival que iniciaria às 20h. A coordenadora do grupo, Lohana, me informou que também estava a caminho e viria direto de Bonsucesso com R. que mora em Nova Holanda, uma das favelas da Maré. Como já não havia mais como fazer a passagem técnica por conta do horário - a esta altura já era em torno de 18h30 - desta forma, por conta do horário, parti com as meninas que ali estavam para o camarim no Hotel Selina e pedi à Lohana e R. que nos encontrassem lá, uma vez que elas estavam a caminho. Durante meu trajeto do espaço que seria realizado o evento ao Hotel, fui tentando falar com L.G. para que ela e S. e A.C. (ambas sem celular e na companhia de L.G.) fossem direto para o hotel, já que não haveria mais necessidade de irem para o espaço do evento como havíamos combinado.

Chegando no hotel, entramos em contato com uma das produtoras que lá nos aguardavam para que pudéssemos pegar a chave do quarto e ter acesso às dependências do hotel através de uma credencial, já que o hotel estava realizando um evento e não estava aberto ao público nesta noite. Assim o fizemos, subimos para o quarto andar onde havia um quarto para a ser utilizado como camarim para o grupo. Lohana e R. chegaram logo em seguida e, desta forma, deu-se início à arrumação, maquiagem e figurino, para se preparar para o festival.

Cabe relatar aqui o quanto se sentiram prestigiadas de estarem em um ambiente como o Hotel Selina. Algumas delas já haviam participado de evento na cobertura do hotel, que é aberta ao público, mas a sua maioria não conhecia o local. No quarto havia algumas camas distribuídas pelo espaço e ao canto uma mesa contendo frutas, biscoitos, salgados, sanduíches, refrigerantes e sucos para degustação. Aqui trago minha percepção

enquanto pesquisador-participante e observador: as garotas que ali estavam (C., A.D., K. e R, além de Lohana) desfrutavam do espaço e traziam comentários de bem-estar, tal como “olha onde o Instituto Trans trouxe a gente! As travesti nesse hotel babado!” (sic.), compartilhada por K. enquanto aproveitava o espaço e se arrumava. Diziam que era um sonho de consumo estar em um lugar como aquele, ponto turístico e de referência da cidade.

Voltando à sequência dos momentos, após todas se caracterizarem, descemos novamente e nos dirigimos ao espaço do evento, Espaço Sideral - Motocerva. Chegamos por volta das oito e meia (20:30) e ficamos aguardando as orientações e acompanhando a abertura do evento além das performances que aconteciam. Antes de iniciar de fato o festival, finalmente chegaram ao espaço L.G., S. e A.C. e, é importante ressaltar aqui que as três chegaram “colocadas”¹¹. Esse dado será observado num episódio que ocorreu pouco antes da apresentação da performance Resistência T, das meninas do Instituto Trans da Maré.

Ao chegarem ao local, L.G., S. e A.C. pediram que fossem para o camarim no Hotel para que pudessem se trocar e se maquiarem, mas diante do horário de chegada seria inviável, uma vez que precisaria de alguém da produção para acompanhá-las, portando as chaves do quarto, sendo que todos os envolvidos da produção estavam no local de apresentação já dando início ao festival. Com isso, ali mesmo no banheiro do espaço do evento, as três se trocaram sem muita possibilidade de fazer maquiagem, dadas as condições de iluminação baixa diante do início da apresentação. Lohana ficou auxiliando as meninas no que foi possível em relação à mudança de roupa, mas principalmente tentando mediar um conflito que estava acontecendo ali entre o casal de namoradas L.G. e S.

O conflito foi se intensificando de modo que uma das pessoas da produção precisou averiguar se estava tudo bem diante das falas altas, informando que a primeira performance já havia começado e era possível ouvi-las, já que os banheiros estavam logo atrás de um dos palcos. Lohana e eu fomos com as duas (L.G. e S.) para o ambiente externo para que pudéssemos encontrar uma solução diante da situação. Ali pude perceber o nível de *colocação*, diante das falas embargadas e excitação do comportamento. Lohana

¹¹ sob efeito de álcool e/ou drogas ilícitas

me falou que já se tornara frequente, em todo ambiente que as duas estavam, ocorrerem brigas entre elas diante de questões do próprio relacionamento que mantinham, ao ponto que acabavam prejudicando a imagem do instituto por estarem o representando nesses ambientes.

Diante de como se estendia o conflito delas, Lohana se posicionou falando que não tinham condições de apresentarem a performance, uma vez que poderiam acabar prejudicando o andamento do que havia sido ensaiado. L.G. veio até mim como uma alternativa de opinião contrária e pedindo que eu falasse o que achava, se ela tinha condições de apresentar ou não. Ao passo que me fez essa pergunta, a respondi com sinceridade falando que pelo estado em que eu a percebia, acreditava que de fato poderia interferir no resultado, mas que ela quem tinha que decidir o quanto ela conseguia realizar a performance junto com as demais. Com isso, ela se convenceu de que não iria apresentar e me questionou sobre o pagamento do transporte, e ali informei que não haveria impacto nenhum, uma vez que este estava sendo pago pela produção naquele mesmo dia. S., por sua vez, disse que tinha condições de apresentar, que poderia confiar nela que, mesmo estando *virada* (sem dormir à noite) ela conseguia, só precisava de que a lembrassem da sequência de falas e movimentos da performance naquele momento.

Me ocupei novamente da tensão da apresentação somado ao conflito que acabara de acontecer e ainda perdurava, e com isso fui ajudar S. diante do pedido. Pouco tempo depois, após ter escrito num papel os direcionamentos para S., as duas voltaram novamente ao conflito da relação que, pelo conteúdo, parecia motivada por ciúmes. Lohana havia chamado atenção de L.G. novamente e, com o desenrolar da conversa delas, chamei as duas para a área externa novamente, uma vez que a intensidade da fala havia aumentado dentro do espaço do evento e com uma performance em andamento. Lá fora, com as duas, fui tentando entender melhor o conflito e, diante da situação, Lohana precisou se posicionar falando que L.G. não só deixaria de participar da performance, como também não receberia o cachê de apresentação (já que não se apresentaria) e não precisava mais estar vinculada ao instituto. Naquele momento, L.G. reclamou que eu havia dito outra coisa, que ela receberia o valor e, antes que eu pudesse mediar e relembrar a conversa que tivemos, Lohana disse “quem manda no Instituto sou eu! Gabriel é contratado do Instituto” (sic.), como mecanismo de estabelecer limites entre a conversa e a forma como L.G. estava agindo desde o início.

Com isso, L.G. saiu de perto e chamou A.C., que também havia decidido não apresentar (mesmo aparentando estar menos “colocada” que S. e L.G.) e as duas pegaram as suas bolsas e foram embora com L.G. reclamando do que havia acontecido. Diante disso, fui explicar às meninas que tivemos este imprevisto e sugeri algumas alterações diante da ausência das duas participantes. Assim, nos preparamos para a performance e, chegado ao momento de sua apresentação, elas (R., C., A.D., K e S.) performaram.

Segue alguns registros em fotos da performance, com divulgação da imagem permitida pelas participantes devidamente assinada, bem como o link de acesso para assistir o vídeo na íntegra no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=kspAxNJSHEU>



Figura 4. Performance Resistência T.



Figura 5. Performance Resistência T.



Figura 6. Performance Resistência T.



Figura 7. Performance Resistência T.



Figura 8. Performance Resistência T.



Figura 9. Ensaio para performance Resistência T.

Passada a apresentação da performance - que foi a última da noite -, as participantes ficaram na área externa confraternizando entre si e com as demais pessoas que participaram do Festival. Trouxeram a mim suas impressões, de que haviam ficado nervosas, mas que em determinados momentos improvisaram e que, apesar de tudo, gostaram, se sentiram bem e satisfeitas com o resultado apresentado. Ficamos mais um tempo no local e depois seguimos de volta ao Hotel Selina para se desmontar e pegar os pertences que lá ficaram guardados no quarto/camarim.

A seguir áudio que recebi de uma das participantes após a oficina e a apresentação no Festival Bacanalha:

“Olá, meu diretor! Boa tarde. Então passando pra deixar meu áudio tá, pra você. Bom... Passando pra te agradecer pela paciência, pela disponibilidade, pela maestria com que você conduziu as oficinas de teatro, a paciência que você teve, porque a gente trans não é moleza, né? E só te agradecer, a palavra é gratidão, tá? Por tudo que foi ensinado, pela, pelos exercício, né, de relaxamento, pelas dicas, é... por tá junto com a gente fazendo esse trabalho, trazendo, é... visibilidade pra gente e ao mesmo tempo nessa luta contra preconceito, contra intolerância, a violência que somos o país que mais mata, né, transexuais... então eu só tenho que te agradecer, tá. Foram dias maravilhoso, muita correria, né, e... no dia também, os estresses dos bastidores sempre acontece, mas chegar no final de tudo e ver a sua felicidade, de missão cumprida, foi maravilhoso, pra gente, né, as meninas também depois comentaram, pra Lohana também, pra você, pra Lohana, e pra gente por que vocês meteram a cara, né, pra poder fazer o melhor e a gente, é... na medida do possível entregamos aquilo

que... que foi... que foi feito né nas oficinas. Eu to passando pra te agradecer, né, você ator, Gabriel, psicólogo, diretor maravilhoso, quero voltar nas oficinas assim que possível, né, tenho muita coisa pra aprender com você, achei você uma pessoa de estrela, boníssima, e... e foi maravilhoso estar com vocês, meu final de semana foi maravilhoso, foi incrível, o hotel, lá com... com o pessoal, enfim... foi tudo maravilhoso, maravilhoso. né! E... só tenho a agradecer mesmo. Deixo aqui meu áudio aí pra você e muita paz, muita luz, que continue nesse trabalho aí você é muito bom no que faz, né, tem... com certeza tem muito mais para nos oferecer e eu quero muito estar com você, aprendendo com você, e nas próximas oficinas pode ter certeza que eu vou estar também. Tá bom, meu querido. Um beijo pra você grande, um beijo no seu coração, na tua alma iluminada, que você tenha uma semana maravilhosa, que Deus te abençoe abundantemente, grandemente, tá! Parabéns, diretor! Arrasamos, hein!” (R., atriz e cabeleireira).

4.2 – Os frutos colhidos: Articulações Psicossociológicas

Diante da trajetória da pesquisa, desde o contato inicial com o Instituto Trans da Maré até a realização da primeira edição do Festival Bacanalha, como foi o desenvolvimento das oficinas e ensaios até a construção e elaboração da performance, desde as trocas que ocorreram ao longo de todos os encontros uma palavra ficou e fica ressoando até o momento: resistência. Me pego pensando sobre o que ocorre em sociedade que faz surgir a necessidade de existência de uma entidade sem apoio financeiro do Estado para manutenção para que aconteça minimamente a garantia de direitos básicos de dissidências sexuais. Percebo sobre como as relações são estruturadas de modo a dificultar determinadas identidades ao acesso à órgãos básicos, uma estrutura que visa higienizar e docilizar as corporalidades transgêneras e até mesmo naturalizar as violências que ocorrem a esses corpos. O que resta senão a elas resistir e insistir pela própria vida?

Como foi trazido no capítulo um e o que pudemos ver no decorrer da trajetória dos encontros, Yamashita (2013) nos trouxe uma visão sobre resistência como um mecanismo de busca de recuperar o que foi modificado pelo opressor no intuito de controlar o território. Aqui percebi que “o território” vai além do sentido literal, ou seja, do campo de demarcação geográfica, mas também sobre o território enquanto corporalidade. De acordo com Souza (2021) desde os primórdios da luta do movimento LGBTQ+, houve (e arrisco dizer que ainda há de certa forma) um apagamento sobre as identidades transvestigêneres. Sempre a decisão vinda de alguém a autorizar sua identidade, sua existência, suas necessidades. Aqui aponto, inclusive, meu olhar sobre o social, do quanto percebo de formas sutis e escancaradas as decisões sobre vidas transvestigêneres sem a participação e deliberação delas a seu próprio respeito, a violência em utilizar pronomes que não dizem respeito a como querem ser chamadas por pura transfobia, a negação de suas identidades e subjetividades, controle das singularidades destas corporalidades marcadas pelo binarismo, normatizações e regulações, um poder que é exercido sobre estes grupos. Podemos perceber tais aspectos quando no campo de pesquisa, diante dos debates surgidos em um dos encontros no Palco Lapa, as participantes trouxeram suas óticas de como percebiam através das suas vivências o olhar social, a passabilidade e invalidação das suas identidades quando já ouviram ser chamadas de “viadinho” invalidando assim suas transgeneridades. O poder que é exercido sobre elas demarcando um não-lugar para (sobre)viver.

E é isso que acontece em sociedade. Como Martin-Baró (1984) mesmo apontou sobre o poder ser definido como a realização e imposição de interesses pessoais, de grupos ou de classes sobre outros, é nítido ver o quanto nos diálogos e compartilhamentos das vivências das participantes da pesquisa haviam relatos de desigualdade nas relações sociais, onde, na própria construção da performance, era apontado a visão que elas tinham sobre qual o lugar que a sociedade destinava para uma travesti, quais as escolhas que estavam fadadas a estes corpos, sem possibilidade delas mesmas terem autonomia de direitos e decidir o que querem ser, fazer e quais espaços querem ocupar. E isso não passou despercebido ao longo dos encontros e dos ensaios.

Outro ponto que pude observar sobre o uso de poder como forma de manutenção da organização e estabelecimento de regras de convívio e funcionamento do Instituto, foi quando fui colocado na posição de “contratado do Instituto”, no conflito descrito no capítulo sobre o Festival Bacanalha. Ali me questioneei, posteriormente, sobre uma narrativa de mediação de conflito pautada na relação de poder. Na condição de subordinado às regras do instituto, não me havia possibilidades de intervir e mediar tendo em vista que haveria ali uma deliberação final. Mesmo que esta deliberação fosse pautada nas condições de permanência do instituto.

A percepção das participantes sobre o olhar social de suas corporalidades, podemos identificar no trecho onde expus que para a realização da performance seriam apresentadas duas propostas de cênicas numa mesma apresentação: a primeira trazendo referência a um cabaré, fazendo a correlação com o prostituir-se (ou seja, o olhar que a sociedade têm sobre as atividades de ocupação e sobrevivência de uma travesti a partir das percepções e vivências delas); e a segunda proposta seriam elementos cênicos e acessórios trazidos pelas próprias artistas que se relacionavam com outras possibilidades de ocupação/profissão que já exerceram, desejam ou desejariam exercer.

A partir desse ponto, que falarei mais à frente, trazia um olhar de transformação social, onde elas passavam a assumir o protagonismo das próprias histórias. Para chegarmos a esse resultado, a construção não foi feita de forma individual. Foi necessário que se articulassem em grupo para que pudessem expor suas ideias e chegarem a um ponto em comum sobre o que queriam fazer de apresentação.

Em decorrência de um grupo ser constituído por uma necessidade de um objetivo em comum, conforme Enriquez (1994), aqui trago a existência do Instituto Trans da Maré: um local onde travestis e mulheres transsexuais podem ocupar, desenvolver habilidades de estética que lá são oferecidas e, sobretudo, um objetivo em comum: resistir e sobreviver através do fortalecimento do grupo.

Para um bom funcionamento da organização, não temos como dizer que não haveria uma relação de poder ali exercida, pois como o próprio Martin-Baró (2014) traz, o poder é uma característica que surge nas relações sociais. A posição hierárquica que ali acontece, vem com uma função de organização e manutenção das prioridades do ITM, onde Lohana precisa exercer posicionamentos em prol do próprio Instituto e não apenas beneficiando uma parte das participantes do projeto. Ao longo da pesquisa, nos momentos em que elas estavam realizando o curso de esmalteria e conversando sobre suas vivências e sobre o próprio Instituto, fui observando que uma das formas de manter o movimento organizado era também dar possibilidade de que as participantes do projeto expusessem suas opiniões e estratégias de funcionamento do local, fosse com sugestões de cursos, fosse trazendo referências de outras organizações ou sugerindo eventos para serem realizados em datas comemorativas.

Essa forma de compartilhamento de vivências proporcionava troca de experiências, fortalecimento do próprio grupo bem como um acolhimento de um ambiente que possuía uma hierarquia que não fosse violenta ou opressiva. Limites (como uso de celular e vestimenta) eram estabelecidos para um bom funcionamento do espaço e aproveitamento das atividades, uma vez que também dividiam o espaço com um órgão público.

Na entrevista com Lohana, pude compreender como é dividir o espaço com um órgão público, como o DETRAN. Mesmo que tenha sido cedido em decorrência da existência do projeto do governo do estado “Rio sem LGBTfobia”, na narrativa apresentada em sua entrevista, ela traz que o espaço é acolhedor perante os funcionários e que, mesmo sem ajuda do Estado, sem apoio governamental elas acabam se fazendo resistentes ao local. A partir deste relato pudemos perceber alguns pontos que respondem um dos objetivos específicos da pesquisa quanto aos momentos de crise e enfrentamentos: ao longo da criação e surgimento do projeto, antes de ter a dimensão que hoje o ITM tem, Lohana contou com a ajuda da comunidade para arrecadação de cestas básicas para que

pudesse ser distribuído para as travestis que encontravam-se em necessidade deste tipo de auxílio e, através de vários contatos, foi conseguindo ter visibilidade, de modo que passou a iniciar uma oficina de esmalteria como recurso de inserção no mercado de trabalho, promovendo capacitação para as transvestigêneres que agrupavam ao projeto até ele chegar nas proporções atuais.

O trabalho desenvolvido por ela visava também realizar atividades que ocupassem as participantes de modo a promover uma qualidade de vida e afastamento do abuso de drogas. Como o alcance estava ganhando proporção, foi necessário encontrar espaço com maior comodidade para que pudessem dar continuidade, com isso, chegaram até o Detran, na Maré.

Um ponto que percebi foi o meu imaginário sobre a localidade do campo, Complexo da Maré, antes mesmo de conhecer o local. Quando buscava uma decisão sobre o campo de pesquisa, que como relatado seria na Casa Nem, estava familiarizado com a localidade deste antigo campo e sua facilidade de acesso (já que este seria ou no Flamengo, zona Sul e sede da instituição, ou no Palco Lapa/Kuzinha Nem, que se localiza na Lapa, região central da cidade). Cabe salientar aqui que quando me refiro a “facilidade de acesso” estou direcionando à minha experiência e privilégio de movimentação na cidade, uma vez que atualmente resido na Lapa. Desta forma, com a mudança de campo de pesquisa, me vi num estigma de como seria adentrar na Maré, sem conhecer absolutamente nada da região, apenas com as coordenadas recebidas e imaginário de como seria o envolvimento com o campo diante da violência por mim fantasiada. Aqui trago a corroboração de Pinto (2023) quando ele aponta o preconceito contra o espaço periférico em decorrência da presença do narcotráfico, necropoder e abuso de poder policial - e aqui acrescento a necropolítica - durante operações.

E foi assim que me vi, numa mistura de medo do desconhecido e auto-censura por estar compactuando com um estigma colonizador que já é reforçado socialmente e pelo próprio Estado. Algumas vezes, durante a ida ao campo, ficava de olho nos grupos para ter mais informações sobre o “clima” da região e algumas vezes, a caminho inclusive, tive que retornar para casa por estar ocorrendo operação e o ITM encontrar-se fechado em decorrência disso. Tais operações ou conflitos de poder existentes acabaram afetando o próprio desenvolvimento e frequência dos encontros do projeto devido a necessidade de segurança e preservação das vidas das participantes.

Apesar disso, continuei minha jornada de pesquisa e pude compreender, ainda que minimamente, e de forma muito rasa, o cotidiano dos moradores em se tratar da insegurança, vulnerabilidade e naturalização de uma “tricotomia armada”, como sugere Pinto (2023). Afinal, o que poderia eu fazer diante disso? Talvez a pergunta nem seja sobre o que eu, pesquisador, poderia fazer diante disso, mas sim indagar sobre o que as transvestigêneres fazem com isso e até mesmo como se vêm atravessadas por esses fenômenos. Perguntas as quais não fiz e não me atentei na busca de respostas. Busquei analisar como as oficinas de teatro ajudavam na estratégia de resistência diante das relações de poder e suas hierarquias, domínio dos corpos e suas subjetividades.

Logo ao iniciar as oficinas de teatro, ainda no primeiro encontro, Lohana me informou que estava aberto um festival que daria premiação em dinheiro aos grupos que participassem e trouxe que seria uma boa forma de não somente ganhar visibilidade para o ITM, mas também de proporcionar que as travestis que participassem pudessem ter algum retorno financeiro, tendo em vista que não haviam bolsas do projeto no Instituto. Com isso, olhei o edital e no encontro seguinte expliquei o funcionamento, quais as regras e, a partir disso, fomos construindo as ideias do que elas desejariam falar. Antes de mais nada havia perguntado se era do interesse delas participarem e foi interessante ver que K., mesmo nunca tendo feito nada de teatro, disse que gostaria e se sentia empolgada para que pudesse se apresentar na frente de várias pessoas. Com isso, posso dizer que acabou se tornando um caminho fácil de resolver a questão levantada como objetivo específico. E o resultado pôde ser visto no capítulo anterior: através dos recursos metodológicos artísticos e colaborativos.

Cabe ressaltar que apesar da proposta ter sido pautada na metodologia da Investigação Ação-Participante de Thiollant e Fals-Borda, onde a pesquisa é concebida e realizada a partir da resolução ou ação de um problema coletivo com envolvimento do pesquisador e das pessoas participantes de forma cooperativa, trago que houve uma fissura ao longo da proposta. Com a visita ao campo, antes mesmo da pesquisa iniciar, houve a proposta de realização de oficinas de teatro para o Instituto, situação a qual foi aceita pela coordenadora. No entanto, ao iniciar as oficinas que surgiu o problema: inscrição num festival artístico. Com isso, a condução de toda a pesquisa perpassou por esta demanda com resolução coletiva e finalizando na performance.

Durante a construção da performance, fui estimulando as participantes sobre o que desejavam falar, sobre como fazia sentido para elas narrar sobre as próprias vivências. O que foi surgindo ao passo que cada uma ia contribuindo com ideias, se aproximava muito de uma demonstração de resistência diante de situações das quais perpassavam suas vidas. Davi (2011), conforme expus no capítulo um, traz justamente a linguagem artística como uma arma de resistência, e, inclusive dialoga com todo o movimento ocorrido com Boal (2013) quando ele traz justamente que o teatro do Oprimido busca a libertação do indivíduo, unindo teatro e política para uma transformação social. E isso aqui começava a surgir ali naquele momento, quando era trazida a dualidade de como as transvestigêneres são vistas em sociedade, quais estratégias usam para sobreviver, a relação de opressão diante de um poder exercido perante suas corporalidades; e o outro lado sobre o que elas desejam e querem para suas próprias vidas, quais são os ideais que elas almejam.

Para além de ter sido possível realizar uma apresentação de performance como resultado da oficina e como objetivo específico da pesquisa (isso tudo de forma unificada), foi possível perceber que o teatro veio como uma ferramenta de descoberta das potencialidades, da autoestima e desmecanização do corpo e possibilidade em alguma medida, de transformação social. As cenas que foram elaboradas pelas participantes redirecionaram a ação dramática numa narrativa de coletividade e partia de uma situação real, vivenciada pelas pessoas envolvidas na cena (artistas e público) fomentando-as a se tornarem agentes de transformação de suas próprias vidas e da sociedade. Isso pôde ser visto no vídeo da performance, quando no final, para além das palavras ditas por elas, as participantes falaram durante a apresentação quais eram os desejos delas, o que almejavam para si mesmas e, após isso, cada uma disse o que desejava para outras transvestigêneres. Algumas das coisas que desejavam para elas mesmas foram: uma vida plena, digna, com direitos, de igualdade, de amor com a família, de plenitude, oportunidades, ocupar todos os espaços que quiser ocupar, uma sociedade mais justa com olhares que não as atravesse o tempo inteiro, que seja uma sociedade justa e honesta com elas e suas corporalidades.

Através do Teatro Fórum e do Arco-Íris do Desejo, técnicas do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, foi possível construir a performance aproximando o público como participantes também das ações ali provocadas pelas artistas, e com palavras e frases sendo ditas por elas como mecanismo de trazer as opressões introjetadas de modo

a possibilitar um olhar do público sobre suas vidas e narrativas em ressonância no grupo. O tempo todo em campo, ao longo dos encontros para realização das oficinas-ensaio, pude perceber a convergência que os autores/teóricos Augusto Boal e Ignacio Martin-Baró possuíam constantemente.

Tanto Boal quanto Matim-Baró trazem uma reflexão sobre o exercício do poder em sociedade de modo a causar opressão em determinados grupos e, com a estética do Teatro do Oprimido, como possibilidade de transformação social, a partir da percepção das pessoas participantes diante de opressões e exercícios de poder social em suas trajetórias, foi visível o quanto as participantes traziam relatos de opressão e ali, naquele momento do encontro, durante os ensaios e exercícios propostos, colocavam suas impressões e traçavam estratégias para em cena trazer uma resolução. Isso foi perceptível também quando parte das próprias participantes usavam como referências mulheres trans e travestis que, para elas, tiveram sucesso e são referência para elas e para as travestis como um todo. Através da técnica Arco-Íris do Desejo, elas foram trazendo para a cena, e para suas próprias vidas, o que mais almejavam e, com isso, foi sendo construída a performance: buscando as suas referências, trazendo à tona o que desejavam para si e para a comunidade T.

Todo o processo artístico desenvolvido, trouxe fortalecimento para as participantes. Desde a própria oficina em si, como Lohana falou na entrevista, mencionando o fato de que a autoestima de uma das participantes havia melhorado com os encontros e havia mais valorização de si do que antes, diante dos atravessamentos que ela vinha passando, e também do apoio que as transvestigêneres participantes deram umas às outras, principalmente em se tratar das vivência, articulações de estratégias de uso de medicamentos para hormonioterapia, promoção de uma saúde de qualidade e até mesmo ajuda durante os exercícios de oficina. Desta forma foi sendo confirmado o nome do grupo com a performance: Resistência T.

CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perguntei-me bastante como encerrar o relato desse estudo dadas as condições que na própria discussão fui trazendo, juntamente com a minha percepção sobre o que descobri em pesquisa e percebi também. Então aqui conterà muitas personalidades, julgo eu.

O primeiro ponto que trago é como foi para mim, enquanto pesquisador-observador, realizar esta pesquisa. Na melhor das palavras digo que foi gratificante, por unificar teatro e pesquisa num único ponto e perceber quão incrível e potente foram os resultados obtidos ao longo do estudo. Perceber desde o primeiro contato com o campo até o resultado no festival e os encontros posteriores, foi identificar o quanto a arte é uma ferramenta de transformação social. Considero que tanto de maneira individual quanto em grupo, a experiência vivida e comentada pelas participantes foi positiva. Ao entrar no campo, havia muito questionamento sobre minha própria capacidade de dar conta de realizar a pesquisa e, por vezes, chegava ao campo com uma ementa, uma programação completa para que fosse aproveitado cada minuto e cada exercício proposto e acabava frustrado.

E foi bom me frustrar (mas só no final da pesquisa que percebi isso). Afinal de contas, a metodologia a qual me propus a fazer era Investigação Ação-Participante. Não tinha cabimento rejeitar os fenômenos que o campo me mostrava ou até mesmo deduzir previamente que não estava acontecendo coleta de dados, uma vez que um ou outro encontro não ocorresse ou fosse interrompido ou atrasado. Isso era um dado. Um dado tão valioso quanto a programação que havia feito para o encontro. Cuspei a perceber isso e aqui, escrevendo essas considerações, trago que esses aspectos que também fizeram parte da pesquisa, as ausências, os atrasos, os encontros e desencontros me mostraram muitas vezes quais eram as necessidades que surgiam e se faziam presentes antes mesmo de uma aula de teatro. Quando falar, desabafar sobre as vivências de qualquer âmbito que fosse eram os dados mais valiosos que surgiam ali nos encontros.

Identifiquei no campo que as oficinas se tornaram o espaço de abranger mais ainda as percepções das necessidades que elas tinham, fossem as oficinas de esmalteria que já ocorriam no campo, quanto das oficinas de teatro que lhes permitiam espaço para criar, para compartilhar, para serem elas mesmas e descobrirem as suas potencialidades ali naquele lugar, mesmo que o corpo estivesse cansado, “virado” ou estivessem

colocadas. E, nesse aspecto, até perceber o quanto elas acabam colocando em risco a própria saúde para lidar com as demandas colonizadas e normatizadas exigidas pela sociedade. O quanto precisavam se ocupar de várias atividades em busca de renda de modo a restar pouco tempo para descanso e até mesmo anular essa possibilidade. Será que não há descanso para travesti?

Pensar em descanso me leva a entrevista com Lohana quando ela diz que está sempre em movimento de pensar em estratégias para envolver as transvestigêneres e ocupar como estratégia inclusive de evasão do uso de drogas e possibilitar uma qualidade de vida saudável e apresentar ferramentas para que possam assegurar seus direitos básicos. Foi através da oficina de teatro e da minha presença no campo que, segundo Lohana, a permitiu respirar e ter apoio, por até mesmo ela, enquanto mulher trans, precisa estar sempre na luta, não só pela própria vida, mas pela vida de outras travestis e mulheres trans. Uma vida política. Um corpo político que só por existir já é uma resistência.

A partir dos resultados pude perceber as semelhanças do quanto os teóricos usados na pesquisa estão presentes nas falas, pontuações e ações das participantes no decorrer dos encontros e até mesmo no resultado final de apresentação: o quanto elas percebem o poder estruturado na sociedade e quais são as estratégias que elas acabam desenvolvendo para lidar com as crises e conflitos e, através do teatro, como essas corporalidades vão criando mecanismos de resistência e resolução dos conflitos que surgiam. Inclusive estratégias de arrecadação financeira como sugestões de inscrição em mais editais quer sejam de fomento à cultura quer sejam voltados para apoio de organizações não governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. P. F.; COSTA, A. P.; FIGUEIREDO, B. Q. de; ROSA, F. R. P. de A. C.; GONÇALVES, I. de O.; ALVES, J. de O.; GOMES, M. J. de A.; SILVA, M. H. da . **Abordagem geral frente ao processo de transexualização: uma revisão narrativa da literatura.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e9511225707, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.25707. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25707>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BENTO, B. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos.** EdUFBA, Salvador, 2017.

BOAL, A.. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas.** São Paulo: Editora Cosac Naify, 2013.

BORGES, J. E. R. **Movimentos sociais e práticas de resistências: enfrentamento à letalidade de jovens em um território marcado por violências e lutas populares** (Master's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte). 2021

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito.** Belo Horizonte: Autêntica, 25-40, 2010.

BRABO, T. S. A. M.; da SILVA, M. E. F. **A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino?.** Revista Trama Interdisciplinar, v. 7, n. 3, 2016.

BRASIL DE FATO. **Casa de acolhimento LGBTIA+ no Rio de Janeiro pode fechar as portas por falta de recursos.** 2022 Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/26/casa-de-acolhimento-lgbtia-no-rio-de-janeiro-pode-fechar-as-portas-por-falta-de-recursos>. Acessado em 20/04/2022

BRASIL. **Senado Federal.** Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>> Acessado em 20/02/2022

CANABARRO, R. **História e direitos sexuais no Brasil: O movimento LGBT e a discussão sobre cidadania.** In *Congresso Internacional de História Regional* (Vol. 2). 2013

CASA FLUMINENSE. **Instituto amplia oportunidades para transvestigêneres na Maré.** Texto de Larissa Amorim. Disponível em <<https://casafuminense.org.br/instituto-amplia-oportunidades-para-transvestigeneres-na-mare/>> Acessado em 04/03/2021.

CEBULSKI, M. C. **Introdução à História do Teatro no Ocidente dos gregos aos nossos dias**. Editora Unicentro, 2012. Disponível em <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/910/5/INTRODU%C3%87%C3%83O%20%C3%80%20HIST%C3%93RIA%20DO%20TEATRO%20NO%20OCIDENTE.pdf> Acessado em: 08/04/2023

CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JUNIOR, A. **Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar**. 1.ed. Santana de Parnaíba: Manole, 2021.

CORREA, B. S. L.; CAMOZZATO, V. C. **Resistências e existências homossexuais e lésbicas a partir de “Lampião da esquina” e “Chana com chana”**. 2020. disponível em https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1011/_tcc_bruna_lopes_finalizado.pdf?sequence=-1&isAllowed=y Acessado em : 03/04/2023

CREMA, R. **Análise transacional centrada na pessoa... e mais além**. São Paulo: Editora Agora, 1984.

CREPALDI, J. de A. **EXPERIÊNCIAS DE TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE: COMO AS OCUPAÇÕES DO SUJEITO SÃO AFETADAS**. 2021. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

DA SILVA, F.J. R. **Uma história do teatro do oprimido**. Aurora., v. 7, n. 19, p. 23-38, 2014. disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/17313/14298> Acessado em 08/04/2023

DAVI, E. H. D. **Resistências e recusas: a cultura LGBT contrapondo-se a homofobia em Uberlândia**. Cad Esp Fem, 24(1), 141-61. 2011

Dicio. **Dicionário Online**. 2020 Disponível em: <. <https://www.dicio.com.br/resistencia/>> Acessado em 14/03/2022

ENRIQUEZ, E. **Psicossociologia análise social e intervenção**. Andre Levy... et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

EVELYN, W.; BIAR, L. **Teatro do Oprimido e performances de gênero: uma proposta de intervenção**. Pesquisas em discurso pedagógico. Rio de Janeiro. 2015

FACCHINI, R. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003

FALS BORDA, O. **Action and Knowledge: Breaking the Monopoly with Participatory Action-Research**. Londres: Intermediate Technology Publications e NY: Apex, 1991, Caps 1,2,3,4 e 11

FERREIRA, V.; SACRAMENTO, I. **Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação Em Saúde, v. 13, n. 2, 2019. Disponível em <https://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewFile/1826/2267> Acesso em: 08/04/2023

FONTES, J. V. A.; TAKEITI, B. A.; CORREIA, R. L. **Contra-colonialidades nos coletivos juvenis: uma experiência com o “Cultura Zona Oeste” no Rio de Janeiro**. PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, v. 12, n. 22, p. 137-162, 2022.

FRANÇA, I. L. **Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo**. Horizontes Antropológicos, v. 13, p. 289-311, 2007

FRANCELINO, P. **(Des) marginalização e novos movimentos sociais: um estudo sobre a Casa Nem/RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2021 Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/22321/Francelino_P%c3%a2mela_2021_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em 10/04/2022.

GAMA, M. C. B. D. **Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des) patologização da homossexualidade**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 31, p. 4-27, 2019. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.31.02.a> Acessado em 30/02/2022.

GOMES, J. C.; ZENAIDE, M. de N. T. **A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT**. #Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 8, n. 1, 2019. DOI: 10.35819/tear.v8.n1.a3402. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3402>. Acessado em 30/04/2022.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Governo do Estado do Rio cede imóvel para abrigar a Casa Nem**, 2020. Disponível em <http://www.rj.gov.br/secretaria/NoticiaDetalhe.aspx?id_noticia=7903&pl=governo-do-estado-cede-im%C3%B3vel-para-abrigar-casa-nem>. Acesso em 30/07/2021.

JESUS, N. N. DE; RADL-PHILIPP, R. M. **As Travestis e Mulheres Trans e O Movimento LGBT: Dever de Memória e Reconhecimento da Atuação de Travestis e Mulheres Transexuais na Conquista por Direitos Civis**. In: Congresso Internacional e Congresso Nacional Movimentos Sociais & Educação. 2022. Vol. 1. No. 1. 2022. disponível em anais.uesb.br/index.php/cicnmse/article/viewFile/9984/9794 Acessado em 30/03/2023.

KLEIN, R. **Questões de gênero e sexualidade nos planos de educação**. Coisas do Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião, v. 1, n. 2, p. 145-156, 2015.

LELIS, R. C. **Transviado também faz revolução! Um olhar maquiaveliano sobre a Revolta de Stonewall.** Revista de Ciências do Estado, 4(2), 1-16. 2019

LUNA, C. S.; XAVIER FILHO, J. A.; PENA, A. P. V. G. **Teatro do oprimido: metodologia de intervenção.** REVISTA DE EXTENSÃO DA UPE – REUPE. Recife: UPE, v. 4, n. 1, p. 52-63, out. 2019. Disponível em <https://www.revistaextensao.upe.br/index.php/reupe/article/view/238/144> Acessado em 15/04/2023.

MARTÍN-BARÓ, I. ([1987]1994). **Processos Psíquicos e Poder** (2014, Fernando Lacerda Jr., trad.). Psicologia Política, 14(30), 591-608.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais.** Editora Vozes Limitada, 2017.

MBEMBE, A. . **Necropolítica** . 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** 2 edição. Belo Horizonte. Autentica. 2016.

NARDELLI, R. C.; FERREIRA, M. S. **Teoria Queer e Psicologia.** Mnemosine, v. 11, n. 1, 36-51, 2015.

NOOHS SOMOS. **Travestis Negras: conheça a história das parteiras do movimento LGBT.** Disponível em: <https://nohssomos.com.br/2020/07/18/travestis-negras-conheca-a-historia-das-parteiras-do-movimento-lgbt/> Acessado em 08/05/2023

OLIVEIRA, D. O. **A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder.** Extraprensa, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 39 – 57, jan./jun. 2018

OLIVEIRA, J. M. D. de; MOTT, L. **Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil–2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia.** Salvador, BA. Editora Grupo Gay da Bahia, 2020

PAIVA, F. R. de,. **O DIREITO ACHADO NO CORPO: CASA NEM É CASA VIVA.** Tese de dissertação. Universidade Federal Fluminense, 2019.

PEREIRA, C. F. **Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBTQ no Brasil.** Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, 4(1), 115-137. 2016

PEREIRA, L. N. **Memória de Arquivo: uma leitura de documentos médico-judiciais sobre a retificação da certidão de nascimento para pessoas trans.** Leitura, [S. l.], n. 69, p. 399–412, 2021. DOI: 10.28998/2317-9945.2021v0n69p399-412. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/12254>. Acessado em 30/04/2022.

PINTO, B. L. P. **Falas do Complexo de Favelas da Maré: a análise de quem vem sobrevivendo.** 2023. Disponível em:

<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/20157/1/BLPPinto.pdf> Acessado em 08/04/2023

RIBEIRO, J. S. B. **Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças.** Cadernos Pagu, ISSN 0104-8333. n. 26, p. 145-168, 2006.

SANTOS, G. G. C.; SILVA, M. A. **GÊNERO, SEXUALIDADE E PÓS-COLONIALIDADE: Apontamentos para uma agenda de pesquisa.** REALIS, v.4, n. 01, Jan-Jun. 2014.

SILVA, V. B. V. da; PAULINO FILHO, J. **EMPODERAMENTO EM CENA: CONEXÕES ENTRE O TEATRO DO OPRIMIDO E O DEBATE SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO.** Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA21_ID1344_07082017115037.pdf> Acessado em 21/04/2022.

SILVA, F. J. R. **UMA HISTÓRIA DO TEATRO DO OPRIMIDO.** Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.7, n.19, p. 23-38, fev.-mai, 2014.

SOARES, Luciano Silveira et al. **Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde.** 2018. Tese de Doutorado. disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/27920/ve_Luciano_Silveira_ENSP_2018.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acessado em 08/04/2023

SOUSA, K.S. **E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais.** Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/historia/>> Acessado em 08/05/2023.

SOUZA, R. P. **Cruzando arte, resistência e dissidências sexuais e de gênero: reflexões a partir da produção musical de Linn da Quebrada.** Gênero e sexualidade: resistências dissidentes na contemporaneidade. Catu: Bordô-Grená, 2021.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18.ed. aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

YAMASHITA, J. G. **O conceito de resistência entre a memória e a história. XXVII Simpósio Nacional de História.** (ANPUH): Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 22. 2013.

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações às pessoas participantes

1) Título do protocolo do estudo: Teatro do Oprimido como linguagem de resistência do INSTITUTO TRANS DA MARÉ numa Investigação Ação-Participante

2) Convite

Você está recebendo o convite para participar da pesquisa intitulada Teatro do Oprimido como linguagem de resistência do INSTITUTO TRANS DA MARÉ numa Investigação Ação-Participante. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda por que o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3) O que é o projeto?

Trata-se de um estudo qualitativo proposto por Paulo Gabriel Pereira Ribeiro, sob orientação da professora Doutora Claudia Reinoso Araújo de Carvalho. Para a execução da pesquisa, serão realizados presencialmente 6 encontros semanais de 2 (duas) horas de duração onde, nestes encontros, serão feitos jogos e exercícios teatrais a partir do Teatro do Oprimido. Os encontros serão divididos em blocos de sensibilização, desmecanização do corpo, teatro-imagem e teatro-fórum.

4) Qual é o objetivo do estudo?

O projeto visa analisar as estratégias de resistência utilizadas pela INSTITUTO TRANS DA MARÉ diante das relações/hierarquias de poder, domínio dos corpos e suas subjetividades, por meio de oficinas teatrais na linguagem do Teatro do Oprimido com construção e apresentação de dramaturgias.

5) Por que me escolheu para participar?

O motivo da sua escolha é por fazer parte da INSTITUTO TRANS DA MARÉ e participar das oficinas e atividades oferecidas na organização. Também por ser uma pessoa LGBTQIA+ e maior de 18 anos que é o público-alvo do estudo.

6) Eu tenho que participar?

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto você deverá assinar este registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

7) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Se você decidir participar, terá 6 encontros onde em cada um deles será uma aula de teatro com jogos e exercícios teatrais com ênfase na metodologia do Teatro do Oprimido. Ao final de cada encontro você poderá fazer um relato de como foi participar da aula naquele dia, quais as impressões, percepções, aprendizados ou um breve comentário de como foi a aula pra você.

8) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Só o desejo de participar.

9) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

Caso haja alguma despesa, será apenas o seu deslocamento para o local onde serão realizadas as oficinas de teatro.

10) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

Por ser um estudo que envolverá jogos e exercícios teatrais, os principais riscos que podem surgir são desconforto, vergonha ou constrangimento em caso de alguma associação ou lembrança que desagrade em algum momento. O instrutor, por ser também psicólogo, estará à disposição para realizar acolhimento.

11) Quais são os possíveis benefícios de participar?

O benefício relacionado à sua participação será favorecer a reflexão sobre as estratégias de resistência a partir de processos artísticos e como através da arte podem surgir transformações sociais na vida individual e do coletivo.

12) O que acontece quando o estudo termina?

Os dados coletados serão utilizados para construção de relatórios de pesquisa, bem como para divulgação para fins científicos. Com o término do estudo, ele será divulgado no site da UFRJ em forma de dissertação e uma cópia será encaminhada para o acervo da INSTITUTO TRANS DA MARÉ.

13) E se algo der errado?

Os possíveis riscos desta pesquisa são desconforto pelo tempo de permanência nas oficinas ou até constrangimento pelo teor de quaisquer questões abordadas ou por algum jogo ou exercício teatral proposto ao longo das oficinas. Estes prováveis riscos serão minimizados, reduzidos pelo pesquisador através do acolhimento clínico e escuta clínica, conforme informado pela pessoa participante. Poderá se recusar a participar de qualquer dinâmica que lhe cause constrangimento, desconforto ou desistir do estudo se assim desejar sem qualquer penalização ou prejuízo para você.

14) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Seu anonimato será assegurado, buscando respeitar a sua integridade moral, intelectual, social e cultural, isto é, não será divulgado que foi você participou. Os dados da pesquisa ficarão sob a guarda e responsabilidade do pesquisador por um período de 5 anos após o seu término.

15) Contato para informações adicionais

Dados do(a) pesquisador(a) responsável: Paulo Gabriel Pereira Ribeiro – Mestrando do Programa de Pós-Graduação EICOS, Instituto de Psicologia – UFRJ, Av. Pasteur, 250, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP-22290-250 – Telefone – (21) 97923-8318 – Email: pgabriel.ribeiro@gmail.com

Dados da Instituição Proponente.

Dados do CEP: *Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH – Campus da UFRJ da Praia Vermelha – Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30 – Telefone: (21) 3938-5167 – Email: cep.cfch@gmail.com*

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

16) Remunerações financeiras

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao(à) pesquisador(a). Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmando que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome da pessoa participante: _____

Assinatura do participante: _____

Data: ____ / ____ / ____

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações às pessoas participantes

- 1) Título do protocolo do estudo:** Teatro do Oprimido como linguagem de resistência do INSTITUTO TRANS DA MARÉ numa Investigação Ação-Participante
- 2) Convite**

Você está recebendo o convite para participar da pesquisa intitulada Teatro do Oprimido como linguagem de resistência do INSTITUTO TRANS DA MARÉ numa Investigação Ação-Participante. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda por que o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.
- 3) O que é o projeto?**

Trata-se de um estudo qualitativo proposto por Paulo Gabriel Pereira Ribeiro, sob orientação da professora Doutora Claudia Reinoso Araújo de Carvalho. Para a execução da pesquisa, serão realizados presencialmente 6 encontros semanais de 2 (duas) horas de duração onde, nestes encontros, serão feitos jogos e exercícios teatrais a partir do Teatro do Oprimido com os participantes do INSTITUTO TRANS DA MARÉ. Os encontros serão divididos em blocos de sensibilização, desmecanização do corpo, teatro-imagem e teatro-fórum.
- 4) Qual é o objetivo do estudo?**

O projeto visa analisar as estratégias de resistência utilizadas pela INSTITUTO TRANS DA MARÉ diante das relações/hierarquias de poder, domínio dos corpos e suas subjetividades, por meio de oficinas teatrais na linguagem do Teatro do Oprimido com construção e apresentação de dramaturgias além de conhecer a história do instituto através da própria gestão e das pessoas participantes.
- 5) Por que me escolheu para participar?**

O motivo da sua escolha é por fazer parte da gestão do INSTITUTO TRANS DA MARÉ e também por ser uma pessoa LGBTQIA+ e/ou maior de 18 anos que é o público-alvo do estudo.
- 6) Eu tenho que participar?**

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto você deverá assinar este registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.
- 7) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?**

Se você decidir participar, terá 6 encontros onde em cada um deles será uma aula de teatro com jogos e exercícios teatrais com ênfase na metodologia do Teatro do Oprimido que você, enquanto membro da gestão do instituto, poderá participar se tiver interesse. Ao final de cada encontro você poderá fazer um relato de como foi participar ou observar da aula naquele dia, quais as impressões, percepções, aprendizados ou um breve comentário de como foi a aula para você e da relevância da oficina para o instituto. Além disso, gostaria de um encontro específico para a realização de uma entrevista, visando compreender como foi

o surgimento do instituto, como é gerir, quais as problemáticas e dificuldades enfrentadas do grupo. Você poderá escolher participar das duas propostas, ou somente da entrevista.

8) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Só o desejo de participar.

9) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

Caso haja alguma despesa, será apenas o seu deslocamento para o local onde serão realizadas as oficinas de teatro.

10) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

Por ser um estudo que envolverá jogos e exercícios teatrais, os principais riscos que podem surgir são desconforto, vergonha ou constrangimento em caso de alguma associação ou lembrança que desagrade em algum momento. O instrutor, por ser também psicólogo, estará à disposição para realizar acolhimento.

11) Quais são os possíveis benefícios de participar?

O benefício relacionado à sua participação será favorecer a reflexão sobre as estratégias de resistência a partir de processos artísticos e como através da arte podem surgir transformações sociais na vida individual e do coletivo.

12) O que acontece quando o estudo termina?

Os dados coletados serão utilizados para construção de relatórios de pesquisa, bem como para divulgação para fins científicos. Com o término do estudo, ele será divulgado no site da UFRJ em forma de dissertação e uma cópia será encaminhada para o acervo da INSTITUTO TRANS DA MARÉ.

13) E se algo der errado?

Os possíveis riscos desta pesquisa são desconforto pelo tempo de permanência nas oficinas ou até constrangimento pelo teor de quaisquer questões abordadas ou por algum jogo ou exercício teatral proposto ao longo das oficinas. Estes prováveis riscos serão minimizados, reduzidos pelo pesquisador através do acolhimento clínico e escuta clínica, conforme informado pela pessoa participante. Poderá se recusar a participar de qualquer dinâmica que lhe cause constrangimento, desconforto ou desistir do estudo se assim desejar sem qualquer penalização ou prejuízo para você.

14) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Seu anonimato será assegurado, buscando respeitar a sua integridade moral, intelectual, social e cultural, isto é, não será divulgado que foi você participou. Os dados da pesquisa ficarão sob a guarda e responsabilidade do pesquisador por um período de 5 anos após o seu término.

15) Contato para informações adicionais

Dados do(a) pesquisador(a) responsável: Paulo Gabriel Pereira Ribeiro – Mestrando do Programa de Pós-Graduação EICOS, Instituto de Psicologia – UFRJ, Av. Pasteur, 250, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP-22290-250 – Telefone – (21) 97923-8318 – Email: pgabriel.ribeiro@gmail.com

Dados da Instituição Proponente.

Dados do CEP: *Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH – Campus da UFRJ da Praia Vermelha – Prédio da Decania do CFCH, 3º andar, Sala 30 – Telefone: (21) 3938-5167 – Email: cep.cfch@gmail.com*

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

16) Remunerações financeiras

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o ao(à) pesquisador(a). Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmando que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome da pessoa participante: _____

Assinatura do participante: _____

Data: ____/____/____

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

EDITAL DE SELEÇÃO DE PERFORMANCES PARA A “I BACANALHA LGBTIAP+”

1) Apresentação

Este edital tem o objetivo de selecionar artistas, grupos, companhias, coletivos, formadores, redes, instituições, organizações da sociedade civil e poder público, movimentos, escolas, universidades, grupos, equipamentos culturais e afins que tenham interesse em inscrever performances para integrar a programação da I Bacanalha LGBTIAP+.

Receberemos propostas de performances que tenham como temática o universo LGBTIAP+ em toda a sua diversidade de experiências, vivências, corpos e trajetórias. Com isso, buscamos dar voz a nossa comunidade para tornar nossas histórias e corpos visíveis, viáveis e possíveis, fortalecendo nosso sentimento comunitário.

O festival ocorrerá nos dias 03, 04 e 11 de fevereiro de 2023: as apresentações ocorrerão nos dias 03 e 04 e as premiações no dia 11 de fevereiro.

As visitas técnicas ao local ocorrerão de 23 de janeiro de 2023 a 31 de janeiro de 2023. Sendo assim, os proponentes devem ter em vista que se faz necessário ter disponibilidade para as duas datas de apresentação e para uma data durante a semana de visitas técnicas, além da data de entrega de prêmios.

O local do festival é o Espaço Sideral, na Rua do Rezende 16, Lapa, Rio de Janeiro - RJ.

Neste edital, você vai encontrar todas as informações necessárias para inscrever você ou seu grupo, mas qualquer dúvida você pode enviar para o email: bacanhafestival@gmail.com.

2) Categorias

As propostas podem preencher duas categorias:

- a) Financiadas: aquelas que precisam de financiamento por parte da Bacanalha para se apresentarem;
- b) Não financiadas: aquelas que podem se apresentar fazendo uso de recursos próprios ou de recursos de outras pessoas, mas que não precisam de financiamento da Bacanalha.

APOIO INSTITUCIONAL

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

REALIZAÇÃO



Nenhuma das performances poderá cobrar ingresso das pessoas que a assistirem, pois toda a programação do festival é gratuita.

Também não poderão ser pedidas doações durante o festival, pois as doações serão revertidas para projetos de promoção de direitos da comunidade LGBTIAP+ da cidade do Rio de Janeiro, como o Instituto Trans da Maré e a Casa Dulce Seixas.

3) Como inscrever

As inscrições devem ser realizadas até às 23:59 do dia 27/11/2022.

Infelizmente, não poderemos aceitar inscrições que cheguem depois dessa data. Todas as inscrições recebidas depois deverão ser descartadas. **FIQUE ATENTE!**

Pedimos que, antes de se inscrever, leia atentamente este edital.

As inscrições serão gratuitas e deverão ser realizadas através do link:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSehXVK4C5txDZBMVQExCmKnzshj_cZkdMLo2o4SK6v1O16nTA/viewform?usp=pp_url.

Na inscrição você vai preencher:

A) Informações de quem se inscreve.

Aqui vamos precisar de informações básicas para saber quem é você e quem você representa.

Em caso de grupo, aprovades nesta fase deverão apresentar carta de anuência de todo o grupo na fase de entrevistas.

Aprovades também deverão apresentar documentação de toda a equipe envolvida.

B) Descrição da performance.

A performance poderá ser descrita por escrito, em vídeo ou os dois. Os documentos por escrito deverão ter no máximo uma página e os vídeos poderão ter no máximo 1 minuto.

A descrição deve conter:

APOIO INSTITUCIONAL

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

REALIZAÇÃO



- Quantas pessoas vão participar;
- Quanto tempo dura a performance;
- Que materiais são usados para figurino e cenário;
- Qual o conceito e conteúdo da performance.

C) Valor da performance

Um campo para escrever o valor da sua performance, que deve ser de no máximo R\$ 800,00.

Lá você também vai precisar informar alguns detalhes: pagamento de artistas, gasto de material (figurino e cenário), transporte de material, transporte de pessoal etc.

É importante deixar claro que não poderemos oferecer figurino, cenário ou transporte. Isso será de responsabilidade de cada grupo ou artista. O que ofereceremos é a contribuição financeira para que todas essas pendências sejam resolvidas.

As propostas não financiadas devem escrever R\$ 00,00 neste campo.

4) Quem pode se inscrever

As inscrições poderão ser realizadas por proponentes :

- a) Pessoas físicas com idade mínima de 18 anos completos até o último dia da inscrição;
- b) Pessoas jurídicas e entidades de natureza privada, com ou sem fim lucrativo, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, organizações sociais, associações da sociedade civil, escolas, fundações, universidades, equipamentos, espaços culturais e afins;
- c) Grupos, coletivos, redes e movimentos sob a representação de uma pessoa jurídica constituída legalmente ou de uma pessoa física com idade mínima de 18 anos completos até o último dia da inscrição, aptas a serem os representantes como proponentes;

Cada proponente pode inscrever individualmente uma ou mais atividades.

Os grupos e pessoas jurídicas deverão ser representados por apenas uma pessoa, que será a responsável pela atividade e pelo contato e comunicação com a organização do festival.

APOIO INSTITUCIONAL

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

REALIZAÇÃO



5) A seleção

Serão selecionadas performances para serem apresentadas na I BACANALHA LGBTIAP+. Ao final do festival, a melhor performance, seja ela financiada ou não, receberá um troféu como premiação.

A curadoria e o júri do festival são compostos pelas artistas: Biancka Fernandes e Maria Lucas.

As curadoras se reservam ao direito de entrar em contato com as performances inscritas para melhor entender suas propostas durante a fase de seleção.

Não serão divulgados critérios, notas e considerações realizadas pelas curadoras durante a seleção.

As curadoras também se reservam ao direito de convidar performances que não se inscreveram no edital, mas cujo trabalho é relevante para as reflexões a respeito do universo LGBTIAP+.

6) Da documentação

A partir da seleção realizada pelas curadoras, a equipe de produção entrará em contato com proponentes para requerer documentação para assinatura de contrato com o festival. A lista de selecionados só será disponibilizada junto com a programação do festival após todos os contratos estarem assinados.

7) Informações finais

A I Bacanalha LGBTIAP+ oferece a contrapartida de divulgação da atividade, como parte integrante da programação, nos seus canais de comunicação, no intuito de estimular e potencializar o diálogo de todos os setores da sociedade que compartilham o interesse de esclarecer, difundir e implementar o conceito de sustentabilidade.

O presente edital e a programação da I Bacanalha LGBTIAP+ estão sujeitos a eventuais alterações e cancelamentos, a qualquer tempo, em parte ou no todo, que serão informados individualmente e nos canais de comunicação do festival.

A organização da I Bacanalha LGBTIAP+ atua em conformidade com a legislação estabelecida pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), utilizando os dados fornecidos na inscrição do presente edital dentro do escopo

APOIO INSTITUCIONAL

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

REALIZAÇÃO



do objeto apresentado, e responsabilizando-se pela confidencialidade, e não utilização dos dados pessoais fornecidos no momento da inscrição para outras finalidades além das previstas no edital sem a expressa autorização dos seus detentores.

Questões não previstas neste regulamento serão avaliadas e definidas pela equipe organizadora de acordo com os critérios estabelecidos.

APOIO INSTITUCIONAL

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

REALIZAÇÃO

